



GLEIBSON CARLOS DE OLIVEIRA CALISTO

**A SITUAÇÃO ALIMENTAR DE BENEFICIÁRIOS E
BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DE
UMA COMUNIDADE RURAL NO SUL DE MINAS GERAIS.**

**LAVRAS - MG
2024**

GLEIBSON CARLOS DE OLIVEIRA CALISTO

**A SITUAÇÃO ALIMENTAR DE BENEFICIÁRIOS E BENEFICIÁRIAS DO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DE UMA COMUNIDADE RURAL NO SUL
DE MINAS GERAIS**

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Federal de Lavras, como parte
das exigências do Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Sustentável e Extensão,
área de concentração em Desenvolvimento
Sustentável e Extensão, para obtenção do
título de Mestre.

Professor Dr. Rafael Eduardo Chiodi
Orientador

**LAVRAS – MG
2024**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA,
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Calisto, Gleibson Carlos de Oliveira.

A situação alimentar de beneficiários e beneficiárias do
programa bolsa família de uma comunidade rural no sul de minas
gerais. / Gleibson Carlos de Oliveira Calisto. - 2024.

73 p. : il.

Orientador(a): Rafael Eduardo Chiodi.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de
Lavras, 2024.

Bibliografia.

1. Segurança Alimentar. 2. Hábitos Alimentares. 3.
Beneficiários e Beneficiárias do Bolsa Família. I. Chiodi,
Rafael Eduardo. II. Título.

GLEIBSON CARLOS DE OLIVEIRA CALISTO

**A SITUAÇÃO ALIMENTAR DE BENEFICIÁRIOS E BENEFICIÁRIAS DO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DE UMA COMUNIDADE RURAL NO SUL DE
MINAS GERAIS.**

**THE FOOD SITUATION OF BENEFICIARIES OF PROGRAM BOLSA FAMÍLIA IN
A RURAL COMMUNITY IN THE SOUTH OF MINAS GERAIS.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, área de concentração em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, para obtenção do título de Mestre.

APROVADO em 27 DE MARÇO DE 2024
Dr. RAFAEL EDUARDO CHIODI
Dr. JACQUELINE MAGALHÃES
Dr. ALVESELLEN KIARELY DE SOUZA

Professor Dr. Rafael Eduardo Chiodi
Orientador

**LAVRAS – MG
2024**

AGRADECIMENTOS

A mim, por ter superado todos os “nãos” que recebi ao longo desta batalha de resistência. Aos meus pais que sempre estiveram ao meu lado, a minha mãe que acredita no poder de transformação da educação e que nunca me deixou desistir dos meus sonhos. A minha amiga Vera ao ceder o aconchego de sua casa, após dias inteiros e exaustivos de estudo. A minha irmã Aline, por ser apoio e nunca soltar a minha mão, sem a ajuda dela a caminhada seria interrompida e como foi difícil chegar lá né irmã. Aos meus colegas de mestrado especialmente a Bruna, que sempre me deu forças para continuar, com a frase “começamos juntos e terminaremos juntos!” e finalmente, mas não menos importante, agradeço à Universidade Federal de Lavras – UFLA, por possibilitar o desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

A pandemia causada pelo COVID-19 impactou o mundo de diversas formas lastimáveis, causando impactos na saúde pública e nas condições de vida das pessoas. No Brasil, afetou, sobretudo os grupos mais vulneráveis e potencializou ainda mais as desigualdades sociais, raciais e de gênero existentes no país. A segurança alimentar e nutricional da população em situação de vulnerabilidade social se viu seriamente comprometida. Esta pesquisa teve como objetivo identificar e analisar a situação alimentar de beneficiários e beneficiárias do Programa Bolsa Família na comunidade rural de um município no Sul de Minas Gerais. Para tanto, se caracteriza como uma pesquisa qualiquantitativa, de natureza descritiva-interpretativa, que compreendeu o levantamento de dados do problema identificado, no contexto socioinstitucional, através de questionário e aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. Este estudo teve como resultado uma alta ingestão por parte dos entrevistados, de alimentos rico em calorias, pobre em nutrientes e alto consumo de carboidratos simples e alimentos processados. Referente à Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) não se achou pelo estudo famílias classificadas em situação de insegurança alimentar grave, entretanto devemos nos manter em alerta.

Palavras-Chave: pandemia; COVID-19; segurança alimentar; hábitos alimentares; beneficiários e beneficiárias do programa bolsa família.

ABSTRACT

The pandemic caused by COVID-19 has impacted the world in several regrettable ways, causing impacts on public health and people's living conditions. In Brazil, it affected, above all, the most vulnerable groups and further increased the existing social, racial and gender inequalities in the country. The food and nutritional security of the socially vulnerable population was seriously compromised. This research aimed to identify and analyze the food situation of beneficiaries of the Bolsa Família Program in the rural community of a municipality in the south of Minas Gerais. To this end, it is characterized as a qualitative-quantitative research, of a descriptive-interpretative nature, which included collecting data on the problem identified, in the socio-institutional context, through a questionnaire and application of the Brazilian Food Insecurity Scale. This study resulted in a high intake by respondents of foods rich in calories, poor in nutrients and high consumption of simple carbohydrates and processed foods. Regarding the Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA), the study did not find families classified as having severe food insecurity, however we must remain alert.

Key-words: pandemic; COVID-19; food security; eating habits; program “Bolsa Família” beneficiaries.

IMPACTOS SOCIAIS, TECNOLÓGICOS, ECONÔMICOS E CULTURAIS

Este trabalho impactua no modo de radiografar a situação alimentar de uma comunidade rural, localizada no Sul de Minas Gerais, tendo assim um impacto social, pois seus resultados demonstram uma realidade peculiar do meio rural que se difere de outras realidades vividas pelo país. Foram entrevistadas 13 famílias, todas contempladas pelo Programa de transferência de renda, o Programa Bolsa Família do governo federal. Sendo 92,3% dos entrevistados do sexo feminino, com idades entre 20 a 60 anos, com baixa escolaridade, representada por 61,53% dos entrevistados com ensino fundamental incompleto. No item renda esta varia entre 1001 a 1500 reais mensais, no quesito cor/raça a comunidade se declara com uma predominância maior de brancos, correspondendo a 38% da população entrevistada, pretos 23% e pardos 31%, somente 1 dos entrevistados detém a posse da terra, estes dados mostram o perfil étnico e social da população estudada. Segundo a aplicação e a classificação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), 4 famílias se encontram em situação de insegurança alimentar leve, 2 em insegurança alimentar moderada, 7 em situação de segurança alimentar e não foi encontrado nenhuma família em situação alimentar grave. No que se refere a situação de insegurança alimentar, a maior prevalência de insegurança alimentar moderada se encontra em lares de mulheres pretas e os domicílios que apresentam em seu núcleo familiar menores de 18 anos, 46,15% estão em situação alimentar entre leve e moderada. Em relação a dieta alimentar dos participantes, se faz jus aos dados obtidos e analisados pela investigação proposta, que os hábitos alimentares dos beneficiários e beneficiárias do Programa Bolsa Família da comunidade rural Chalé se equiparem a uma alimentação semelhante às dos grandes centros urbanos, contendo grande teor de alimentos calóricos e pobre em nutrientes, podendo ser comprovada e avaliada pelo alto consumo de carboidratos simples e alimentos classificados como processados. Outro resultado relevante é que 61,5% dos pesquisados utilizam as hortas como complementação da dieta alimentar. Outro fato significativo coletado, que se refere a Pandemia do COVID 19 e os hábitos alimentares, é que 92% dos entrevistados discordam totalmente que a pandemia tenha mudado seus hábitos relacionados à alimentação. É relevante levar em consideração o tempo, pois este se faz necessário na comparação entre rural e urbano, logo que ele se fez insuficiente em uma pesquisa desta dimensão. Outro item considerável é a adequação da EBIA especificamente para o meio rural, sendo que esta contempla algumas peculiaridades do território. Deixando assim a idealização de novos estudos sobre o tema abordado. Este trabalho teve como parceria a colaboração do agente comunitário de saúde responsável pelo território estudado no intuito

de informar os participantes sobre a pesquisa, fornecendo dados e suporte para que ela acontecesse. Esta pesquisa e seus resultados acima citados, caracteriza no âmbito dos direitos humanos e justiça, reforçando o direito a alimentação em qualidade e quantidade suficiente para população, direito este garantido pela Constituição Federal, envolvendo questões ambientais, na qualidades destes alimentos, impactando na saúde da população pelo mapeamento da realidade da situação de fome e subnutrição da população pesquisada, alinhados aos objetivos do Desenvolvimento Sustentável, tais como a colaboração na erradicação da pobreza, fortalecendo a ideia da transferência de renda como aliada ao combate à fome e à desnutrição, agricultura sustentável com a promoção das hortas, consumo e produção responsável destes alimentos em qualidade e quantidade, refletindo na saúde e no bem estar da população, diminuindo as desigualdades sociais.

SOCIAL, TECHNOLOGICAL, ECONOMIC AND CULTURAL IMPACTS

This work impacts the way of radiography the food situation of a rural community, located in the south of Minas Gerais, thus having a social impact, as its results demonstrate a peculiar reality of rural areas that differs from other realities experienced in the country. 13 families were interviewed, all covered by the federal government's Income Transfer Program, the Bolsa Família Program. 92.3% of respondents were female, aged between 20 and 60 years old, with low education, represented by 61.53% of respondents with incomplete primary education. In the income item, this varies between 1001 and 1500 reais per month, in terms of color/race, the community declares itself to have a greater predominance of white people, corresponding to 38% of the population interviewed, black people 23% and mixed race 31%, only 1 of the interviewees holds the land ownership, these data show the ethnic and social profile of the studied population. According to the application and classification of the Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA), 4 families are in a situation of mild food insecurity, 2 in a moderate food insecurity situation, 7 in a food security situation and no family was found in a serious food situation. Regarding to the situation of food insecurity, the highest prevalence of moderate food insecurity is found in homes of black women and households with families under the age of 18, 46.15% are in a food situation between mild and moderate. In relation to the participants' diet, it is true to the data obtained and analyzed by the proposed investigation, that the eating habits of the beneficiaries of the Bolsa Família Program in the rural community Chale are equivalent to a diet similar to that of large urban centers, containing a large content of caloric and nutrient-poor foods, which can be proven and evaluated by the high consumption of simple carbohydrates and foods classified as processed. Another relevant result is that 61.5% of those surveyed use vegetable gardens as a complement to their diet. Another significant fact collected that refers to the COVID 19 Pandemic and eating habits, 92% of respondents completely disagree that the pandemic changed their eating habits. It is important to take time into consideration, as it is necessary when comparing rural and urban, as it is insufficient in research of this size. Another considerable item is the suitability of EBIA specifically for rural areas, which takes into account some peculiarities of the territory. Thus leaving the idealization of new studies on the topic addressed. This work was partnered with the collaboration of the community health agent responsible for the studied territory in order to inform participants about the research, providing data and support for it to happen. This research and its results mentioned above characterize the scope of human rights and justice, reinforcing the right to food in sufficient

quality and quantity for the population, a right guaranteed by the Federal Constitution, involving environmental issues, the qualities of these foods, impacting the health of population by mapping the reality of the situation of hunger and malnutrition of the researched population, aligned with the objectives of Sustainable Development, such as collaboration in the eradication of poverty, strengthening the idea of income transfer as an ally to combat hunger and malnutrition, sustainable agriculture with the promotion of vegetable gardens, responsible consumption and production of these foods in quality and quantity, reflecting on the health and well-being of the population, reducing social inequalities.

LISTA DE SIGLAS

ACS	Agente Comunitário de Saúde
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
DHAA	Direito Humano a alimentação Adequada
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ESF	Estratégia da Saúde da Família
e-SUS	Instrumento de Base de Dados do Sistema Único de Saúde
FAO	Food and Agriculture Organization
IAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
NASF	Núcleo de Apoio a Saúde da Família
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PBF	Programa Bolsa Família
PENSSAN	Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar
PNAD	Pesquisa Nacional por Amstras de Domicílios
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PPGDE	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão DAE/UFLA.
PSF	Programa de Saúde da Família
PTR	Programa de Transferência de Renda
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SIS	Síntese de Indicadores Sociais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFLA	Universidade Federal de Lavras

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
Problema	15
Objetivo Geral	16
Objetivos Específicos	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
3 METODOLOGIA.....	28
Caracterização do local do estudo	28
Caracterização do estudo.....	31
Procedimentos ético-legais.....	34
População e Amostra	34
Procedimentos metodológicos	34
Instrumento de coleta de dados	35
Coleta de dados.....	36
Pré-teste	37
Análise dos dados	37
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	39
Perfil dos entrevistados	39
Análise da Situação Alimentar	45
Qualidade da Alimentação	52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
6 REFERÊNCIAS.....	64
APÊNDICE A	70
APÊNDICE B.....	71

1 INTRODUÇÃO

As contradições no campo produzidas pelo capitalismo, tais como a modernização conservadora da agricultura, caracterizada por concentração de terras, expansão de monocultivos, modelo produtivo químico-dependente de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, têm gerado pobreza e desigualdade, contribuindo para a manutenção das iniquidades no campo da saúde pública e insegurança alimentar das populações rurais do Brasil (Lima, 2015). Ademais, a falta de políticas públicas efetivas e a omissão dos executivos municipais e estaduais, intensificaram a necessidade organizativa das populações do campo para reivindicar direitos: o direito à saúde e à alimentação de populações rurais persiste como reivindicação e luta permanente de camponeses, agricultores, populações atingidas por barragens, extrativistas, pescadores, ribeirinhos, quilombolas, entre outros (Leão, 2013).

Além do mais, as condições sanitárias de saúde dessas populações foram profundamente afetadas pelo surgimento do COVID19 em 2020. Curiosamente, a Pandemia trouxe à tona uma histórica e polêmica discussão sobre as políticas agrárias e agrícolas no Brasil, respectivamente sobre a propriedade da terra, a reforma agrária e a segurança alimentar. Retornando a dicotomia vivenciada pelo campo brasileiro entre dois modelos de desenvolvimento: a agricultura familiar e o agronegócio exportador. Tal polaridade hoje determina formas de divisão de trabalho e poder, que por sua vez afeta de forma significativa os desafios e os objetivos do desenvolvimento sustentável do campo (Schneider *et al.*, 2020). É de conhecimento geral a temática da fome que envolve uma grande parcela da população do país. Nos últimos anos, ela bateu à porta de milhões de brasileiros, que se viram em situação de insegurança alimentar por consequência do desmonte de políticas públicas de proteção social, além da destruição de conselhos populares que lutavam contra a fome. Fenômeno este grave e gradual que envolve vários fatores históricos, políticos e sociais, desde a colonização até os dias atuais (Rede Penssan, 2021).

Portanto, é importante refletir sobre os conceitos de insegurança alimentar e saúde. A primeira ocorre quando o direito a uma alimentação em qualidade e quantidade adequada de forma regular é desrespeitado, conceito esse normalmente aferido pela “Escala Brasileira de Insegurança Alimentar”. Já o conceito de saúde é definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um estado completo de bem-estar físico,

mental e social, e não apenas a ausência de doenças. Diante desse conceito amplo, ter uma alimentação balanceada e nutritiva é um dos recursos fundamentais para possuir uma boa saúde, assim como habitação, educação, renda, entre outros (Burity *et al.*, 2010).

A Constituição Federal (CF) Art. 196 determina que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação". Segundo a Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde em Ottawa (1986), a promoção da saúde tem como objetivo promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes. Neste sentido, considerando a alimentação como um dos determinantes da saúde, ambos conceitos são normalmente utilizados para definir ações de promoção da saúde via promoção da segurança alimentar e nutricional (Cardoso Neto, 2012).

A segurança alimentar e nutricional (SAN) representa preocupação com questões relacionadas à suficiência de suprimento de alimentos de qualidade e de forma sustentável.

De acordo com a lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, Cap. 1, art. 3,

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006).

Embora a SAN esteja prevista na constituição federal, dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) revelam que 35,5% das famílias brasileiras declararam não ter alimentos suficientes para chegar ao fim do mês. Já a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) registra que o número de domicílios brasileiros que se encontram em insegurança alimentar e nutricional (IAN) é de 30,2%. Esse percentual significa que 65,6 milhões de pessoas residentes em 17,7 milhões de domicílios se encontram em algum grau de IAN, ou seja, apresentam alguma forma de restrição alimentar (IBGE, 2017/2018).

Esta pesquisa se debruça, portanto, a analisar a segurança alimentar de uma comunidade rural. No cenário do estudo, apresentaremos a comunidade do Chalé, um bairro da zona rural de um município de porte pequeno, por volta de 15.000 habitantes, no sul de Minas Gerais. A partir da pesquisa realizada constatamos que nela existem

famílias em condições vulneráveis. De acordo com dados levantados, 22,2% estão inscritas no CadÚnico e são contempladas pelo Programa Bolsa Família, programa de transferência de renda às pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Neste sentido, se faz relevante contextualizar o território que será estudado.

A comunidade Chalé contava até o momento do encerramento da pesquisa com um total de 257 pessoas e 90 famílias, de acordo com o cadastro da Agente Comunitária de Saúde da Estratégia Saúde da Família, sendo que destes 56% eram homens e 43% mulheres. Deste total, 78,9% se declaram heterossexuais e 0,77% se posicionam como homossexuais, no item identidade de gênero não há identificação nos gêneros: homem trans, mulher trans e travesti. Em relação à cor, a predominância é de 56,8% brancos, pretos e pardos são a minoria, um total de 43,2%.

Identificou-se uma população de adultos jovens na faixa etária de 45 a 49 anos, com baixa escolaridade, sendo que apenas 4,6% de sua população tem curso superior, contra 59,1% que frequentaram a escola de 1ª a 8ª série do ensino fundamental. Referente a situação no mercado de trabalho, 21,9 % trabalham de carteira assinada, 5,4% trabalham sem assinar a carteira, 34% da população não trabalham e 19,8% são pensionistas ou aposentados (Brasil, 2023).

Neste contexto, de aparentes vulnerabilidades somado aos efeitos da pandemia, é que este estudo surge. Se comprometendo a investigar, assim como, identificar e avaliar as condições alimentares dos sujeitos em foco e disponibilizar informações que possam ser úteis ao poder público municipal, no sentido da contribuição para a promoção de políticas públicas que favoreçam a comunidade.

Esta pesquisa se justifica pelo impacto social que uma radiografia da situação de insegurança alimentar pode representar de melhoramentos para as populações rurais do sul de Minas Gerais em cidades de pequeno porte, que por vezes são desconsideradas no cenário nacional. Além disso, tem o potencial de enriquecer o debate sobre a sustentabilidade da vida no campo. A perspectiva teórico-prática adotada provoca questionamentos acerca dos desafios vivenciados pela população rural sujeitos desta pesquisa, sobretudo em relação a seus hábitos alimentares e consequente reflexo na saúde da comunidade.

Problema

A questão de pesquisa foi elaborada a partir do cenário da insegurança alimentar no

país e da experiência pessoal do pesquisador na área de saúde: 11 anos atuando como enfermeiro na Atenção Primária (SUS) e 3 anos na Estratégia Saúde da Família Rural (ESFR), em dois municípios distintos. Tal experiência possibilitou um tipo de observação participante, considerando os hábitos e estilo de vida da população rural de uma localidade no sul de Minas Gerais. Observou-se, por exemplo, o gradual desaparecimento de hortas caseiras e comunitárias, as quais outrora serviam como complementação alimentar para inúmeras famílias da região.

E com base em tal experiência, é elaborada a seguinte questão: Qual a situação de segurança alimentar e os hábitos alimentares dos beneficiários do programa Bolsa Família moradores da Comunidade Rural Chalé em um município no sul de Minas Gerais, em cenário de Pandemia do COVID 19 no triênio de 2020 a 2022?

Objetivo Geral

Identificar e analisar a situação alimentar dos beneficiários e beneficiárias do Programa Bolsa Família no período da pandemia de COVID-19 à luz da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) na comunidade rural Chalé, em Minas Gerais.

Objetivos Específicos

1. Conhecer os hábitos alimentares dos beneficiários e beneficiárias do Programa Bolsa Família da comunidade Rural Chalé, em um município do sul de Minas Gerais;
2. Aplicar a escala EBIA nos beneficiários e nas beneficiárias do Programa Bolsa Família da Comunidade Rural Chalé deste município, considerando os níveis da EBIA, a saber: leve, moderado e grave.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nos últimos anos foi produzido um conjunto de pesquisas que evidenciaram as desigualdades no acesso aos alimentos no mundo. No Brasil, trabalhos realizados com o objetivo de identificar os fatores associados à insegurança alimentar domiciliar em populações diversas encontram diferenças demográficas e socioeconômicas. Tão quanto características contextuais, como residir nas regiões Norte e Nordeste do país, quanto individuais, como viver com baixa renda, a raça, a cor preta ou parda e ser do sexo feminino são fatores relacionados com a maior prevalência de insegurança alimentar (Silva *et al.*, 2022).

É importante entender que a legitimação da soberania alimentar está diretamente relacionada ao lugar social e a existência dos camponeses na autonomia do cultivo de alimentos. Um exemplo é a família agrícola que adota um sistema de valores próprios orientando a produção com foco na qualidade de vida, sem desmerecer, de um lado, a realidade de mercado, e de outro, os valores da família camponesa (Sousa, 2022). A capacidade da agricultura familiar de produzir alimentos em quantidade suficiente para atender a necessidade da população tem sido comprovada pelo IBGE e pelo Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

O Brasil já foi admirado por suas políticas públicas voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional e aos programas do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), um espaço de comum acordo entre sociedade civil, órgãos governamentais e o setor privado. Tais políticas desempenharam um papel fundamental para tirar o país do Mapa da Fome das Nações Unidas, no ano de 2014 (Rede Penssan, 2022).

No entanto, o país voltou a figurar no Mapa de Fome Global graças ao darwinismo social, que se configura como a superioridade de uma sociedade sobre a outra, impregnada de equívocos e preconceitos posto em prática nos governos Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em 2019, a redução de recursos ao Programa de Aquisição de alimentos (PAA), as falhas e até mesmo ausência dos programas de transferência de renda junto com a Covid-19, contribuíram de forma significativa para o agravamento da fome e a insegurança alimentar no Brasil (Schappo, 2021).

Deste modo podemos considerar que a pandemia não atingiu de forma equânime os diferentes territórios e populações, tanto em relação à morbimortalidade, quanto às

suas repercussões políticas, sociais e econômicas (Batista *et al.*, 2020). Seus principais impactos ocorreram em grupos populacionais mais vulneráveis, estando intimamente relacionados às questões de gênero, raça e classe, principalmente nas periferias (Gurgel *et al.*, 2020).

Apesar da Organização Mundial de Saúde ter recentemente anunciado o fim da COVID19 como uma “emergência de saúde global” (OMS, 05 Mai 2022), a retomada da discussão sobre a segurança alimentar no Brasil se faz urgente e necessária, uma vez que o número de pessoas vivendo em situação de miséria teve salto de quase 50% nos últimos dois anos (Ferreira, 2022).

No mesmo período, ano de 2020, três entre cada dez brasileiros passaram a viver abaixo da linha da pobreza. Com tal crescimento, o país passou a ter 62,5 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, dos quais 17,9 milhões são extremamente pobres. Isso equivale a dizer que 29,4% da população do Brasil está mais pobre e 8,4%, são extremamente pobres (IBGE, 2020).

Figura 01: Mapa da Fome 2023



Fonte: MulisomMews

A Síntese de Indicadores Sociais (SIS) utilizada pelo IBGE para avaliar a distribuição de renda no Brasil em 2018, revelou que 13,5 milhões de pessoas tinham uma renda mensal *per capita* inferior a R\$ 145,00. Embora o percentual tenha ficado relativamente estável em relação aos anos anteriores, houve um acréscimo de 6,5% em relação ao ano de 2012, um recorde em sete anos. O estudo aponta para a necessidade premente da adoção de políticas públicas especificamente voltadas para o combate à extrema pobreza, sobretudo a população preta e parda (38,1 milhões de pessoas). Já as mulheres pretas ou pardas compõem o subgrupo de 27,2 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2020).

Segundo o escritor e ativista brasileiro do combate à fome, Josué de Castro (1984), o tema da fome no Brasil remete a um passado histórico ligado às lutas e violências desde o processo de colonização.

[...] a fome no Brasil é consequência, antes de tudo, do seu passado histórico com os seus grupos humanos sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. Luta, em certos casos, provocada e por culpa portanto da agressividade do meio, que iniciou abertamente as hostilidades, mas quase sempre por inabilidade do elemento colonizador, indiferente a tudo que não significasse vantagem direta e imediata para os seus planos de aventura mercantil. Aventura se desdobrada em ciclos sucessivos de economia destrutiva, ou pelo menos desequilibrante da saúde econômica da nação: a do pau-brasil, a da cana-de-açúcar, a da caça ao índio, a da mineração, a da lavoura nômade, a do café, a da extração da borracha, e finalmente a da industrialização artificial baseada no ficcionismo das barreiras alfandegárias e no regime da inflação (Castro, 1984, p. 24).

É preciso notar, entretanto, que os estudos acadêmicos sobre a fome foram realizados, em sua maioria, posteriormente à mobilização da população rural sobre o assunto (Kepple; Segall-Corrêa, 2011).

A partir da década de 1940, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) iniciou discussões sobre segurança alimentar na perspectiva da disponibilidade de alimentos, especialmente para pobres e famintos. O retrato da fome está intimamente associado à profunda desigualdade socioeconômica do país, onde 1% da população mais rica ganha 35 vezes a renda dos mais pobres. O Brasil, segundo maior exportador de grãos do planeta, alimenta 800 milhões de pessoas mundo a fora, enquanto 37 milhões de brasileiros não têm como alimentar seus filhos. De acordo com o Relatório Anual das Nações Unidas, o Brasil detém a segunda maior concentração de renda do mundo (ONU, 2021).

Conforme o artigo 6º da Constituição Federal, a alimentação é um direito social. Entretanto, o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) é algo distante da realidade de muitos em todo o mundo e com a pandemia da COVID-19, os desafios são ainda maiores.

No que diz respeito aos órgãos internacionais, a erradicação da fome foi estipulada pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Organizações das Nações Unidas (ONU). Apesar de todo esse arcabouço legal, o recente relatório da FAO (2020) sobre o Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo não é muito animador: nos últimos 4 anos houve um incremento significativo no número de subnutridos. A expectativa é que em 2030, 9,8% da população mundial vivenciará condições ainda mais graves de déficit

alimentar, se comparado com os 8,9% atuais. Perspectiva que mostra claramente o desinteresse das nações ricas de combater a miséria e a fome, bem como a baixa efetividade das medidas adotadas pelas instituições internacionais globais.

Do ponto de vista macroeconômico, o desenvolvimento do agro com grande força das indústrias depende da livre circulação de mercadorias, sobretudo da produção agrícola. Com o crescimento dos centros urbanos e o desenvolvimento das indústrias, a agricultura foi se metamorfoseando em duas vertentes: uma agricultura baseada na exportação e outra voltada para atender o mercado interno de alimentos, cuja base produtiva depende em larga medida da agricultura familiar e das cooperativas de pequenos e médios produtores rurais (Negri, 2008).

Do ponto de vista legal, juristas defendem a ideia da terra como um direito humano, “a partir da leitura e análise de outros direitos e princípios garantidos em convenções ou tratados internacionais e/ou em Constituições Nacionais, como o direito à vida e à dignidade da pessoa humana, ao território, à alimentação e à moradia” (Canuto; Gorsdorf, 2007, p.167). Na argumentação dos autores a necessidade de se reconhecerem direito humano à terra se baseia: na relação entre a posse da terra e o gozo de outros direitos humanos, como o direito à alimentação e à moradia; na crítica a uma cultura da proteção da propriedade com base no direito que coloca as necessidades individuais acima das coletivas; na ideia de território.

Ao contrário, a posse da terra considerada sob um olhar puramente especulativo, gera crises alimentares infindáveis, sobretudo nos países do Terceiro Mundo, já que, são explorados para suprir a demanda do mercado internacional em detrimento do local (Cunha, 2015). O exemplo dos países africanos é flagrante: há séculos saqueados pelos colonizadores, ainda hoje jazem na pobreza e na miséria, apesar de suas riquezas naturais incalculáveis, desde as jazidas de diamante às de petróleo (Catsossa, 2021). Um povo miserável, abatido por guerras intestinas ou por doenças e pandemias. Continente largado à própria sorte, exceto quando se trata de “estuprar” sua população. Segundo a OMS-África, apenas 24% da população africana foi completamente vacinada, contra 64% no resto do mundo (OMS-África, 2022).

De fato, o capitalismo especulativo incentiva a produção em escala global embasada na monocultura, a qual monopoliza os sistemas alimentares locais, restringindo a autonomia dos países periféricos (Sabadini, 2013). Trata-se de um neocolonialismo disfarçado de promessas vazias de prosperidade para todos, isto é, uma nova forma de manter a dominação das nações centrais sobre as periféricas. Distanciando-se, assim, cada

vez mais, das políticas públicas que incentivam e garantem o direito à terra como um direito à vida (Lauer; Anyidoho, 2012).

Para Castro (1984), existe uma condição indispensável à criação de uma economia de expansão e essa condição desencadeia um problema social. Para multiplicar os bens da terra, “valorizar o mundo” e obter plena utilização dos recursos naturais é necessário aplicar de forma integral as possibilidades da ciência e da técnica. Porém, isso só se consegue através de um enorme esforço educacional e cultural, que depende da instrução básica das crianças, adolescentes e até mesmo dos adultos. Trata-se, portanto, de aliar a valorização da cultura e da educação como aliada das questões alimentares, da subsistência e sustentabilidade no âmbito social.

Segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional,

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis” (CONSEA, 2004).

A intersectorialidade é outra característica fundamental que deve orientar as políticas públicas de promoção de SAN. Enquanto os diferentes setores do governo e da sociedade civil agirem isoladamente, não teremos uma política de SAN efetiva (Leão, 2013). Intersectorialidade significa ações articuladas e coordenadas, utilizando os recursos existentes em cada setor (materiais, humanos, institucionais) de modo mais eficiente, direcionando-os para ações que obedeçam a uma escala de prioridades estabelecidas em conjunto (Burlandy, 2004). Recursos dispersos e aplicados sem um planejamento global são mais facilmente desperdiçados ou utilizados por grupos isolados para seus interesses particulares (CONSEA, 2004, p. 4).

Todas essas noções formam um quadro de referência conceitual de um grave problema social que aflige o país. Ele pode se constituir em um poderoso e efetivo instrumento de orientação das políticas públicas, às vezes mais do que as informações a seu respeito colocadas à disposição dos administradores e dirigentes de órgãos gestores.

Por exemplo, até o começo dos anos 90, o baixo peso foi um dos indicadores indiretos mais usados para avaliar a insegurança alimentar. Embora a medida antropométrica seja importante num projeto interdisciplinar para avaliar e entender a SAN, se for considerada

como único indicador para este fim, pode obscurecer consequências psicossociais potenciais daquela condição, bem como a compreensão da SAN como um direito humano e uma questão de bem-estar e saúde em si mesma.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto do Brasil em 2022 somou R\$ 9,9 trilhões. Em dólares, foram US\$ 1,92 trilhão. A lista das maiores economias do mundo continua sendo liderada pelos Estados Unidos, com um PIB de US\$ 25 trilhões e que representa, sozinho, cerca de 25% de toda a riqueza do mundo. É seguido pela China, com US\$ 18,3 trilhões e 18% do PIB global. O Brasil, que, em seu melhor momento, chegou a ser a sexta maior economia global em 2011, foi perdendo posições após a dura recessão doméstica que viveu em 2015 e 2016, e foi em 2020, com a crise gerada pela pandemia, que deixou de fazer parte do grupo das 10 economias mais ricas do mundo. (IBGE, 2022)

Já o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que avalia a saúde, educação e renda, referentes a 2020, foi de 0,765, cinco posições abaixo do índice anterior, colocando o Brasil o país em 84º lugar entre 189 países (PNUD, 2020).

Esses dados macroeconômicos e sociais revelam o grau de vulnerabilidade social representada por múltiplas variáveis, tais como o bem-estar das famílias, renda, moradia, e acesso a serviços de saúde, escolas e transporte público de qualidade, entre outros. O pressuposto de se melhorar IDH de uma nação é o grau de comprometimento do Estado na implementação de políticas públicas que garanta o acesso de todos esses direitos fundamentais (Costa *et al.*, 2018).

É nesse contexto que se inserem os conceitos de Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) e Vulnerabilidade Social, os quais são utilizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para a construção do Indicador de Vulnerabilidade Social (IVS), a partir do qual foi criada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). A EBIA é um indicador direto da magnitude do problema na população, mensurado por meio de um questionário composto por 14 perguntas objetivas que tem por finalidade demonstrar a percepção dos entrevistados sobre a segurança alimentar nos últimos três meses, percebida em seus vários aspectos, contemplando os psicológicos também (Rede Penssan, 2022).

A EBIA é uma escala adaptada para o Brasil que tem como base a escala americana (United States Household Food Security Modul- US- HFSSM). Sua classificação ou mensuração baseia-se na soma das respostas afirmativas e seu ponto crucial é a ausência de moradores menores de 18 anos no domicílio aplicado (Carvalho *et al.*, 2022, p. 3). Para melhor exemplificar temos a tabela abaixo:

Tabela 1 –Escala de Pontuação da EBIA a partir das respostas dos entrevistados

Classificação	Pontos de corte para domicílios com pelo menos um morador com menos de 18 anos de idade	Pontos de corte para domicílios sem moradores com menos de 18 anos de idade
Segurança alimentar	0	0
Insegurança alimentar leve	1 a 5	1 a 3
Insegurança alimentar moderada	6 a 9	4 a 5
Insegurança alimentar grave	10 a 14	6 a 8

Fonte: IBGE, PNAD, 2013.

Utilizada em diversos contextos e diversas áreas profissionais, a EBIA permite classificar a situação de insegurança alimentar em três níveis: Leve, quando existe a preocupação da família com relação a não obtenção de alimentos em futuro próximo. Moderada, quando a família tem necessidade de diminuir o consumo de alimentos, reduzindo sua quantidade, qualidade e variedade. Grave situação em que a fome ocorre pela falta total de alimento (Araújo *et al.*, 2021).

É preciso notar, entretanto, que a EBIA aplicada de forma isolada não consegue medir o complexo fenômeno que envolve a situação de Segurança Alimentar das populações em geral. Isso porque a EBIA não é simples de se mensurar, dado que múltiplas variáveis estão correlacionadas à situação de insegurança alimentar, como por exemplo, a escolaridade, idade, cor da pele, gênero e renda, fatores esses que devem ser levados em consideração na análise (Corrêa, 2007).¹ Porém é eficiente para a identificação de grupos ou população em risco de insegurança alimentar, sendo sua aplicação de baixo custo, permitindo ainda avaliar melhor a complexidade que envolve a SAN e a elaboração de políticas públicas mais eficientes (Kepple & Segall- Corrêa, 2011).

¹ A EBIA inclui os métodos de análise das relações de múltiplas variáveis dependentes e/ou múltiplas variáveis independentes, quer se estabeleçam ou não relações de causa/efeito entre estes dois grupos. São também incluídos na Estatística Multivariada os métodos de análise das relações entre indivíduos caracterizados por duas ou mais variáveis. Só os métodos de Estatística Multivariada permitem que se explore a performance conjunta das variáveis e se determine a influência ou importância de cada uma, estando as restantes presentes (Araújo *et al.*, 2021)

A diversidade dos alimentos no Brasil está relacionada aos fatores de construção histórica e mais recentemente às mudanças impostas pela agroindústria alimentar. O povo brasileiro se alimenta de forma diferente no campo e na cidade, entre as regiões e entre os estados da federação (CONSEA, 2004).

Segundo o IBGE (2019), a proporção de obesos na população com 20 anos ou mais de idade dobrou no país entre 2003 e 2019, passando de 12,2% para 26,8%. Nesse período, a obesidade feminina subiu de 14,5% para 30,2%, enquanto a obesidade masculina passou de 9,6% para 22,8%. Esses dados são do segundo volume da Pesquisa Nacional de Saúde 2019. A amostragem da pesquisa envolveu 108 mil domicílios no Brasil. Outro dado mostra que, em 2019, uma em cada quatro pessoas de 18 anos ou mais estava acima do peso, o equivalente a 41 milhões de pessoas. Já o excesso de peso atingia 60,3% da população de 18 anos ou mais de idade, o que corresponde a 96 milhões de pessoas, sendo 62,6% das mulheres e 57,5% dos homens.

A prevalência de excesso de peso aumenta com a idade e ultrapassa os 50% na faixa etária de 25 a 39 anos de idades. Nessa faixa de idades, a proporção de sobrepeso é um pouco mais elevada no sexo masculino (58,3%) do que no feminino (57,0%). No entanto, nos demais grupos etários, os percentuais de excesso de peso eram maiores entre as mulheres (IBGE, 2019).

Como se pode notar, hábitos alimentares inadequados não conhece barreiras sociais ou culturais: atingem pobres e ricos, numa verdadeira “pandemia de obesidade”. Os agravamentos decorrentes, como a desnutrição, anemia, doenças crônicas não transmissíveis, afetam tanto as crianças, como jovens e adultos. É evidente que a educação alimentar é fundamental e que as escolhas alimentares são experiências aprendidas (Rede Penssan, 2022).

O ato de plantar, lidar com a terra, “falar” com as plantas e cuidar dos animais, tem uma relação muito próxima com a manutenção da saúde. Casos de melhoria da hipertensão arterial, e no que diz respeito a socialização e relatos em relação a menor necessidade na procura dos centros de saúde são relatados pelos indivíduos (Almeida, 2004).

As instabilidades sociais e econômicas provocadas pela crise política e financeira dos últimos anos se agravaram com a Pandemia do Covid-19, agravando ainda mais as desigualdades alimentares de grande parcela da sociedade brasileira, principalmente no que se refere ao acesso regular à alimentação em quantidade e qualidade suficientes (Galindo *et al.*, 2021).

Dados divulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU) mostram que mais de 130 milhões de pessoas em todo mundo se encontram em situação de insegurança alimentar em consequência da Covid-19. Isso se reflete no Brasil, onde muitos movimentos sociais e organizações da sociedade civil têm denunciado a situação catastrófica de segurança alimentar no meio rural, provocadas por dificuldades no transporte e no acesso às fontes abastecimento (ONU, 2021).

Segundo dados da pesquisa realizada no Brasil, pelo Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia, entre os meses de novembro e dezembro de 2020; 59% dos domicílios entrevistados estavam em situação de insegurança alimentar durante a Pandemia e parte significativa deles diminuiu o consumo de alimentos importantes para a dieta regular da população; 44% reduziram o consumo de carnes e 41% o consumo de frutas (Galindo *et al.*, 2021).

Assim, os dados coletados corroboram informações anteriores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) que indicavam o aumento da insegurança alimentar no Brasil nos anos de 2017/2018 em relação aos padrões anteriores, de 2013. Concluiu-se que as instabilidades socioeconômicas geradas pelas crises política e econômica vividas nos últimos anos no país agravaram-se com a pandemia da Covid-19, acentuando as desigualdades alimentares entre uma parcela da população brasileira, sobretudo, quanto ao acesso a alimentos de forma regular e em quantidade e qualidade satisfatórias (Galindo *et al.*, 2021).

A Pandemia não afetou somente a saúde e o acesso aos alimentos, mas também causou impactos diretos na economia. As necessárias medidas de isolamento provocaram colapso do setor de serviços, fechamento de escolas, restaurantes, creches, lojas, feiras entre outros, impactando a renda familiar e aumentando o risco de Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) (Pinheiro *et al.*, 2022). O acesso ao alimento ficou mais limitado devido ao aumento dos preços.

Os sentimentos diante a pandemia da Covid-19, tais como desespero, miséria, dor e sofrimento, agravaram ainda mais as desigualdades sociais preexistentes que afligem população rural brasileira (Shappo, 2021). Tragédia essa que tem raízes profundas na formação sócio-histórica do país e no processo de desenvolvimento gerado pelo capitalismo que alienou milhões de brasileiros à miséria (Shappo, 2021).

Vivenciamos, assim, uma *sindemia*, isto é, o processo de interação sinérgica resultante da interação entre vários grupos de doenças e o contexto socioeconômico, no qual os efeitos se potencializam mutuamente (Rede Penssan, 2021). A *sindemia* afeta

várias dimensões da vida socioeconômica: insuficiência de renda, precarização do trabalho, aumento no nível de desemprego, degradação das condições de moradia e de infraestrutura sanitária, entre outros, intensificando a disseminação da Pandemia nos grupos populacionais mais vulneráveis (Bispo Júnior & Santos, 2021).

Além disso, é preciso notar também o agravamento da vulnerabilidade de crianças, mulheres e da população negra em geral, em consequência não só da Pandemia, mas sobretudo dos desmontes das políticas públicas inspiradas nas questões sociais de viés neoliberal, que governou o país entre 2016 a 2022 (Rede Penssan, 2021).

O Programa Bolsa Família (PBF) foi instituído em 2004 pelo governo brasileiro, com o intuito de combater à fome e promoção a segurança alimentar e nutricional da população carente, através de transferência direta de renda. Os beneficiários devem preencher certos critérios econômicos e sociais condicionada a pessoas que se enquadrem nos critérios imposto pelo Programa. Dentre os efeitos previstos pelo PBF, estão a melhoria da renda e dos padrões de alimentação, juntamente com ações de saúde e nutrição que integram o conjunto de condições a serem cumpridas pelas famílias (Brasil, 2015). Pesquisas mostram o PBF corroborou para o aumento da quantidade e variedade dos hábitos alimentares das populações carente do país (Cotta e Machado, 2013).

Desde seu início, a cobertura do Programa Bolsa Família atingiu em todo o território nacional 3,6 milhões de beneficiários, no ano de 2011 haviam 13,3 milhões de famílias incluídas e já contempladas pelo programa, sendo o principal programa de transferência condicionada de renda do mundo (Cabral *et al.*, 2014).

Em 2023, segundo o Governo Federal, cerca de 21,9 milhões de famílias recebem o benefício, em 5.570 municípios. Atualmente, o valor mínimo transferido aos cidadãos é de R\$ 600 e a média para cada núcleo familiar é de R\$ 614,21 (Brasil, 2023).

O diferencial do Programa Bolsa Família em relação a políticas públicas semelhantes de combate à pobreza ao redor do mundo, é sua perspectiva humanizadora para com seus contemplados. Isso acontece, principalmente, em decorrência do fato de que a renda recebida não é atrelada à uma condição de emprego por parte do beneficiário, e não se restringe à compra de algum artigo específico tal como, por exemplo, alimentos. (Hortencio, 2018)

Considerando que, no Brasil, a pobreza ou é desprezada ou invisibilizada pela sociedade, o Programa estimula a autonomia e a autoestima de seus beneficiários, ao incluí-los no mercado consumidor (Hortencio, 2018). Além disso, seu recorte de

gênero abrange políticas especialmente voltadas para as mulheres, com base no pressuposto empírico de que elas administram com mais eficiência a renda recebida, uma vez que desempenham o papel de provedora dentro da casa e de cuidadora de seus lares (Souza, 2013).

Por outro lado, o Bolsa Família consegue fazer muito com baixo recursos, o que o torna o programa de maior custo/benefício atualmente em curso no país (IPEA, 2019). Embora alguns outros programas de transferências previdenciárias e assistenciais também o faça, o PBF consegue ser ainda melhor. Com um custo de 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto), o Bolsa Família conseguiu em seus 18 anos de história reduzir a pobreza e a pobreza extrema, diminuir a mortalidade infantil, aumentar a participação escolar feminina, reduzir a desigualdade regional do país e melhorar indicadores de insegurança alimentar entre os mais pobres (IPEA, 2019).

O programa se tornou uma peça fundamental no sistema de proteção social brasileiro. Resultado alcançado na redução tanto da pobreza como na pobreza extrema (Brasil, 2015). No ano de em 2017, atingiu uma redução de cerca de 15% no número de pobres e mais de 25% no número de extremamente pobres. Dito de outra forma, em 2017, as transferências do PBF retiraram 3,4 milhões de pessoas da pobreza extrema e outras 3,2 milhões da pobreza (IPEA, 2019).

3 METODOLOGIA

Este estudo apresenta-se como uma investigação quali-quantitativa, com objetivo de identificar e analisar a situação alimentar de beneficiários e beneficiárias do Programa Bolsa Família, em uma Comunidade Rural, situada no Sul de Minas Gerais.

A pesquisa quantiquantitativa é definida como uma coleta sequencial de dados quantitativos e qualitativos e pode proporcionar um melhor entendimento do problema de pesquisa. Possui vantagens como complementação, incrementação, maior validade dos resultados obtidos e criação de novas fronteiras (Creswell, 2010; Polit; Beck; Hungler, 2004).

Utilizamos ainda, multimetodos na execução dos seus procedimentos metodológicos, tais como, observação empírica, observação participante e pesquisa de campo. De acordo com Gil (2002), o estudo de campo foca na comunidade, independentemente de seu espaço geográfico, e a pesquisa se baseia na observação direta de suas atividades, a entrevista é utilizada como método de interpretação de suas informações, onde o pesquisador tem grande importância na situação estudada, sendo indicado este ter tido contato direto com o problema estudado, pois somente assim é possível entender a dinâmica do grupo.

O ser humano ao longo dos tempos busca entender o mundo ao seu redor, tentando compreender a natureza e o seu próprio comportamento, utilizando-se de seus sentidos, como o da observação como ferramenta de conhecimento, através dela ele recebe e interpreta as informações, nascendo assim a necessidade de validar estes conhecimentos os tornando mais seguros (Gil, 2008).

Caracterização do local do estudo

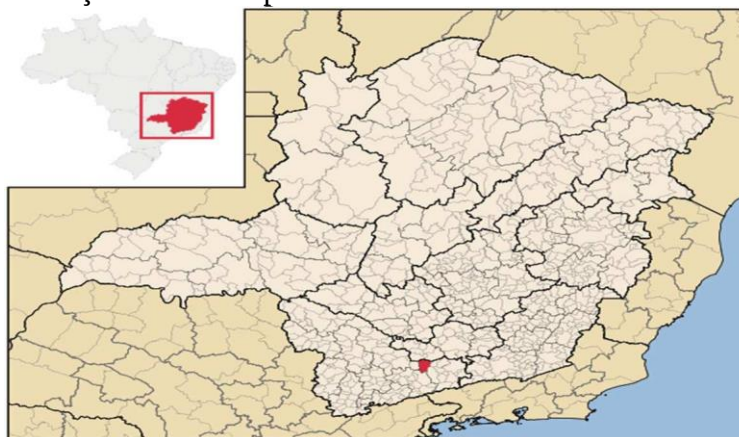
O município de Cruzília pertence ao famoso trajeto turístico chamado de caminho velho localizado na Estrada Real, no Sul de Minas Gerais, e se integra ao circuito turístico das Montanhas Mágicas da Mantiqueira (Instituto Estrada Real, 2023). A cidade é conhecida pela produção de seus queijos, muito apreciados pela gastronomia local e mundial, também pela qualidade na produção de moveis de madeira e por ser o Berço da Raça do Cavalo Mangalarga Marchador, conhecido pelo seu andado marchador e de excelência (Instituto Estrada Real, 2023).

Fundado em 27 de dezembro de 1948, o município de Cruzília localiza-se a 384 quilômetros de Belo Horizonte. Faz limite com os municípios de Luminárias, São Tomé das Letras, Baependi, Aiuruoca, Minduri e Carrancas. A região é mundialmente renomada pela

produção de queijos finos, excelência gastronômica, moveis de alta qualidade (Prefeitura Municipal De Cruzília).

Em 2018, os dados sociodemográficos eram assim divididos: população total: 15.358; população residente urbana: 13.286; população rural: 1.305; homens totais: 7.245; homens na área urbana: 6.523; homens na área rural: 722; mulheres totais: 7.346; mulheres na área urbana: 6.763, mulheres na área rural: 583. Área territorial: 522,419km²; densidade demográfica: 27,93 hab./km²; índice de escolarização (6 a 14 anos): 98,7%; Índice de Desenvolvimento Humano Municipal: 0,695 (IBGE, 2021).

Mapa 1: Localização do Município de Cruzília em Minas Gerais



Fonte: Prefeitura Municipal de Cruzília- MG

A faixa salarial média mensal do município era de 1.5 salários mínimos em 2020. A proporção entre a população ocupada e total era de 17.8%. Considerando domicílios com renda mensal de até meio salário mínimo *per capita*, 36,3% da população nessas condições, o que o colocava na posição 461 de 853 dentre as cidades do estado e na posição 3293 de 5570 dentre as cidades do país (IBGE,2021).

Com relação ao perfil étnico-racial, 49,3% da população branca reside na zona urbana, enquanto os negros perfazem 7,8% e os pardos 17,3% da população urbana do município. Entre os residentes da zona rural, 12,5% são brancos, 2,5% negros e 5% pardos. Não há registro de quilombola e indígenas na região, nem de assentamento de reforma agrária (IBGE, 2021).

De acordo com as informações disponibilizada pela Agente Comunitária de Saúde, o município compreende 14 comunidades rurais, dentre elas a do Chalé, localizada a cerca de 26 km do município de Cruzília, na estrada real que liga o município a cidade de Carrancas- MG. A região é caracterizada pela presença de grandes propriedades rurais, fazendas centenárias, larga produção de monoculturas, tais como soja, milho, criação de gado de corte, leite entre

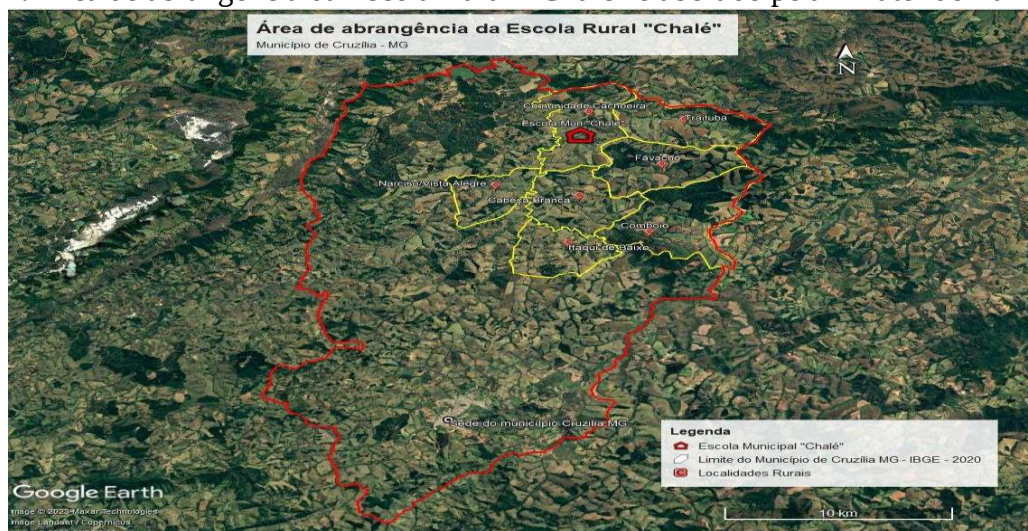
outros, também é composta por pequenos produtores rurais que produzem parte dos alimentos consumidos pela família e por trabalhadores funcionários das fazendas da região.

Há na comunidade 86 famílias cadastradas na Estratégia Saúde da Família Rural pelo Agente Comunitário de Saúde. Destas, 19 estão inscritas no Programa Bolsa Família, totalizando 75 pessoas. A renda média dessas famílias varia entre 1 a 1,5 salários

mínimos, sendo que algumas recebem menos de 1 salário, tais como as mães solteiras e moradores situantes que vivem sozinhos.

Logo abaixo representada pelo mapa a comunidade Rural Chalé referida pelo estudo, delineada pela cor vermelha no mapa todo o município de Cruzília- MG, na respectiva cor amarela a área da pesquisa proposta.

Mapa 2: Área de abrangência da Escola Rural "Chalé" elaborado pela Emater do município:



Fonte: Emater 2023.

A comunidade Chalé é a única que ainda mantém uma escola na Zona Rural do Município, a qual também é utilizada como Centro Comunitário, onde são atendidas as comunidades de Traituba, Trianon, Comboio, Favacho, São Geraldo, Santa Tereza, Narciso, Vista Alegre, Campo Alegre, Colibri, Santa Emília, Chalé e Chalé II.

A pesquisa contou com a colaboração do PSF Rural, tendo em vista o vínculo do pesquisador com os Agentes Comunitário de Saúde, no período em que exerceu a função de enfermeiro na Estratégia de Saúde Rural por um tempo, considerando essencial a ajuda destes para a execução da pesquisa. Através do material enviado pelos Agentes Comunitários de Saúde, podemos identificar o mapa das regiões rurais.

Os esboços cartográficos feitos à mão foram elaborados pelos próprios Agentes Comunitários de Saúde para que a equipe tenha conhecimento da região. No mapa 3, estão

os sujeitos da pesquisa. Contando com o apoio da Agente Comunitária de Saúde da área de abrangência estudada. Primeiramente foram aplicados dois métodos de coleta de dados, sendo uma escala já validada pelo Ministério do Desenvolvimento Social chamada Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), a qual, mensura através de respostas afirmativas os níveis: Leve, Moderado e Grave, este modelo é composto por 14 perguntas relacionadas à alimentação, que ao ser aplicado no domicílio, o classifica conforme os três níveis já mencionados a cima.

Logo após a utilização da EBIA, o que se faz complementar a ela é a utilização de um questionário, composto por perguntas abertas e fechadas de modo a esclarecer ou aproximar da situação estudada. Foi realizado antes da aplicação da escala EBIA e do questionário um pré-teste para verificação dos dois métodos utilizados pelo estudo, para dar maior garantia da objetivação dos objetivos propostos pelo pesquisador.

Os dados foram tabulados com a utilização de tabelas, gráficos e quadros, para melhor traçar o perfil desta população, sendo assim aplicado a análise estatística descritiva, com o auxílio do software GraphPad Prism 7, estes métodos têm como função construir e interpretar as tabelas, quadros e gráficos estatísticos, para maior entendimento dos resultados junto as análises feitas através da observação participante.

A participação dos pesquisadores e dos sujeitos foi necessária para que houvesse reciprocidade por parte das pessoas e grupos implicados, que têm algo a dizer e a fazer. Não se trata de um simples levantamento de dados é preciso estabelecer um tipo de interação entre o pesquisador e os envolvidos que gere o conhecimento dos pesquisadores e o nível de consciência das pessoas e grupos que participarem do processo, que ocorre através de ações educativas que despertará nos sujeitos uma consciência crítica capaz de promover mudanças na situação problematizada (Madeira, 1984).

Nesta pesquisa, o pesquisado passa ser de objeto para o sujeito da pesquisa e o pesquisador deixa de ser o detentor do conhecimento, passando a se envolver no contexto do pesquisado, criando assim uma interação mútua neste processo, através da ação- reflexão-ação, deixando de lado a visão positivista das pesquisas tradicionais e se baseando em uma metodologia humanista em que o sujeito é protagonista de sua própria história (Madeira, 1984).

Partindo desta proposta, para o levantamento de dados, foram aplicadas as questões relacionadas à Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), além disto, realizadas entrevistas com a utilização de roteiros semiestruturados junto aos 20 beneficiários do Programa Bolsa Família.

Para a EBIA foram realizadas conversas para o levantamento de informações em relação à insegurança alimentar questões (Apêndice A), que se fez com auxílio de um questionário já padronizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social (apresentado abaixo), já que, se relacionam à condição alimentar dos beneficiários do Programa Bolsa Família da Comunidade Rural. Portanto, empregamos diálogos não estruturados com os sujeitos pesquisados, especificamente as/os titulares do cartão do Programa Bolsa Família, evidenciados pela sua representatividade perante o estudo, por se encontrarem em situação de vulnerabilidade social e sem a presença destes a pesquisa se realizou como responsável pelo domicílio, com o intuito de ampliar o conhecimento sobre suas dietas alimentares.

Posteriormente o levantamento das questões relacionadas à EBIA, foi realizado um novo encontro com as famílias, estes destinados a realização das entrevistas através da utilização de um roteiro de entrevista semiestruturado, o qual contém como base os principais elementos que foram avaliados nas visitas e nos domicílios. Esta etapa da pesquisa visa focar questões alimentares e tem como função complementar e/ou auxiliar no diagnóstico da situação alimentar da população em estudo.

Este segundo momento permitiu a obtenção de um diagnóstico situacional, um instrumento que auxilia no conhecimento dos problemas e nas questões sociais tais como: envolvendo a saúde, a educação, questões sobre o saneamento básico, entre outros. Sendo este de grande relevância no levantamento de problemas, que se fundamenta no planejamento estratégico situacional, que permite elaborar ações mais efetivas em relação aos problemas identificados (Prefeitura De Belo Horizonte, 2010).

A configuração como pesquisa descritiva, que segundo Gil (2008), tem como objetivo a definição das peculiaridades de uma determinada população ou grupo, proporciona uma nova perspectiva para o assunto estudado, em que seus pesquisadores dão mais atenção à prática das ações.

O estudo de campo foca na comunidade, independentemente de seu espaço geográfico, e a pesquisa se baseia na observação direta de suas atividades, a entrevista foi utilizada como método de interpretação de suas informações, em que o pesquisador tem grande importância na situação estudada, sendo indicado este ter tido contato direto com o problema estudado, pois somente assim é possível entender a dinâmica do grupo, como é o caso neste estudo.

Procedimentos ético-legais

Para a realização deste estudo, respeitar-se-á as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas envolvendo seres humanos, emanadas da Resolução nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012). O projeto será encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Lavras - MG para apreciação e aprovação.

Como a pesquisa será através de aplicação de questionário e a utilização da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), será necessário uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e após a conclusão da pesquisa, serão arquivados pelo período de 5 (cinco) anos os instrumentos utilizados. O pesquisador garantirá o sigilo em todo o processo de pesquisa, destruindo o material após o término do período.

População e Amostra

A amostra selecionada pelo estudo são os moradores da Comunidade Rural Chalé, titulares do cartão de recebimento do Programa Bolsa Família, que tem como representatividade a vulnerabilidade social. Totalizando 19 beneficiários e beneficiárias segundo a Agente Comunitária de Saúde responsável pela área de abrangência da comunidade. Tendo como critérios de inclusão ser morador da comunidade Chalé, ter idade superior ou igual a 18 anos, cadastrado(a) pela agente de saúde da área de abrangência da Estratégia Saúde da Família Rural. Ser contemplado pelo Programa Bolsa Família sendo o titular do cartão. E aceitar participar da pesquisa. Os critérios de exclusão foram, não ser morador da comunidade Chalé, ter idade inferior a 18 anos, não ser cadastrado pelo agente comunitário de saúde da área de abrangência, não ser contemplado pelo Programa Bolsa Família e não aceitar a participar da pesquisa.

Procedimentos metodológicos

A coleta de dados foi realizada de forma presencial, com entrevistas pré agendadas com os sujeitos da pesquisa, através da Agente Comunitária de Saúde da área de abrangência estudada. Conforme dia, hora e local estipulado pelos sujeitos pesquisados e após aceitarem participar do estudo e assinatura do Termo Livre e Esclarecido.

Primeiramente foram aplicados dois métodos de coleta de dados, sendo uma escala já validada pelo Ministério do Desenvolvimento Social chamada Escala Brasileira de Insegurança

Alimentar (EBIA), a qual mensura através de respostas afirmativas os níveis: Leve, Moderado e Grave, este modelo é composto por 14 perguntas relacionadas à alimentação, que ao ser aplicado no domicílio, o classifica conforme os três níveis já mencionados a cima. Logo após a utilização da EBIA, o que se faz complementar a ela é a utilização de um questionário, composto por perguntas abertas e fechadas de modo a esclarecer ou aproximar da situação estudada referente aos seus hábitos alimentares, questões sobre a fome e pandemia.

3.5.1 Instrumento de coleta de dados

Primeiramente, foram aplicadas as questões referentes à Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), estas como método investigativo dos quadros de insegurança alimentar nos sujeitos estudados, mecanismo este que mensura a situação de insegurança alimentar vivida pelas pessoas.

A escala é composta por um questionário contendo quatorze perguntas relacionada a situações alimentares, a cada resposta afirmativa, soma-se um ponto. Caso a resposta seja não, nenhum ponto é somado. Ao final do questionário, quanto mais pontos o indivíduo obteve, maior é o seu quadro de insegurança alimentar, havendo uma classificação do estado de insegurança alimentar, segundo a pontuação alcançada na escala que varia de leve, moderado e grave (BRASIL, 2014). Conforme descrito no Apêndice A, que apresenta as questões propostas pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar utilizada no seguinte estudo.

Em relação a mensuração da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar se faz da seguinte forma, nenhuma resposta afirmativa ou 0 resposta positiva classifica-se como grau de "segurança alimentar". Na identificação de 1 a 5 pontos na presença de moradores menores de 18 anos, ou 1 a 3 pontos na ausência de moradores menores de 18 anos, grau de "insegurança alimentar". De 6 a 9 pontos na presença de moradores menores de 18 anos, ou 4 a 5 pontos na ausência de moradores menores de 18 anos, grau de "insegurança

alimentar moderado". Já de 10 a 14 pontos na presença de moradores menores de 18 anos, ou de 6 a 8 pontos na ausência de moradores menores de 18 anos se classifica como "insegurança alimentar grave" (Carvalho *et al.*, 2022).

De acordo com a tabela abaixo como exemplificando a utilização da EBIA.

Tabela 1 – Escala de Pontuação da EBIA a partir das respostas dos entrevistados

Classificação	Pontos de corte para domicílios com pelo menos um morador com menos de 18 anos de idade	Pontos de corte para domicílios sem moradores com menos de 18 anos de idade
Segurança alimentar	0	0
Insegurança alimentar leve	1 a 5	1 a 3
Insegurança alimentar moderada	6 a 9	4 a 5
Insegurança alimentar grave	10 a 14	6 a 8

Fonte: IBGE, PNAD, 2013.

Num segundo encontro, foram realizadas as entrevistas com roteiro semiestruturado, composto por perguntas abertas e fechadas, conforme descrito no Apêndice B, roteiro este que teve como objetivo levantar informações que permitam entender a situação alimentar das famílias e também certos hábitos alimentares. A aplicação da EBIA e posteriormente a realização das entrevistas permitiram a compreensão do nível de segurança alimentar das famílias, além da situação alimentar, buscou-se também retratar os efeitos da Pandemia da Covid 19 sobre estes aspectos.

Para análise e interpretação dos dados coletados nos embasamos em teorias relevantes ao tema, estudos publicados e literaturas que abordam o assunto. Desde modo, Gil (2008) remete que a análise e interpretação desde dados na pesquisa-ação são bastante controversos, existem pesquisas que se utilizam dos procedimentos clássicos tais como: categorização, codificação, tabulação, análise estatística e generalização, outras se fazem por interpretação, apenas por base empírica, entretanto a maior relevância quando se utiliza bases teóricas. E como modo auxiliar no universo estudado se utilizará da observação participante que segundo, Proença (2007) o pesquisador vivência literalmente o fenômeno estudado para melhor compreendê-lo, se tornando parte ou pertencente aquele universo para melhor interpretá-lo.

Coleta de dados

Após o projeto ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, a coleta dos dados foi feita de forma presencial, com entrevistas pré agendadas com os sujeitos da pesquisa, o agendamento aconteceu via telefone através da agente de saúde da área de abrangência estudada. Agendado conforme a disponibilidade do tempo e horário do participante, sem o prejudicar em outras funções do dia a dia e no local desejado por ele.

Após este primeiro contato e a disponibilidade do participante e no dia horário e local estipulado por ele, expliquei todo o procedimento realizado, o título da pesquisa, os objetivos, riscos e benefícios, além de solicitar a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, lendo a ele tudo o que está escrito e definido no documento, respeitando sua privacidade e autonomia em querer participar ou não do estudo.

Logo após todo o procedimento mencionado e dúvidas esclarecidas, esplanei sobre os métodos utilizados no estudo, totalizando dois métodos de coleta de dados, sendo uma escala já validada pelo Ministério do Desenvolvimento Social chamada Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), o que se faz complementar a ela foi o emprego de um questionário semiestruturado, composto por perguntas abertas e fechadas de modo a esclarecer ou aproximar da situação estudada. Que pode ser gravado ou não conforme a autorização do participante.

Pré-teste

Foi realizado um pré-teste através de um software, como ferramenta facilitadora, com o objetivo de averiguar se ele está claro e respondendo ao(s) objetivo(s) do estudo, como também verificar o tempo gasto em sua aplicação e o preparo do pesquisador para o estudo definitivo. Aplicando assim a EBIA (APÊNDICE A) e o questionário semiestruturado (APÊNDICE B), elaborado pelo autor. Utilizando amostragem para este procedimento 12 pessoas escolhidas de forma aleatória. Foi realizado também 3 pré-testes de forma presencial, de modo a identificar alguma dúvida em relação à aplicabilidade da escala e o tempo gasto nos dois procedimentos.

Análise dos dados

Foram 13 o número total de entrevistas realizadas, das(os) 19 titulares e beneficiários(as) do Programa Bolsa Família, conforme o cadastro cedido pela Agente Comunitária da área de abrangência da Comunidade Rural Chalé. Sendo que todas(os), foram convidadas(os) pela responsável da área a participarem desta pesquisa, porém, duas delas foram excluídas do programa por não estarem mais em situação de vulnerabilidade, sendo este, um fator excludente do programa, uma não aceitou participar do estudo e três não estavam em casa no horário e data marcada conforme o combinado com elas.

Neste momento é de grande relevância enfatizar que a identidade e os dados

fornecidos pelos(as) participantes serão preservados e mantidos em sigilo, conforme acordado com os pesquisados. Foi utilizado a letra (F), como forma de identificação, seguida de uma numeração, tal como exemplo: F1, F2, F3... e assim por diante, representando o número das famílias entrevistadas, para preservação de sua identidade.

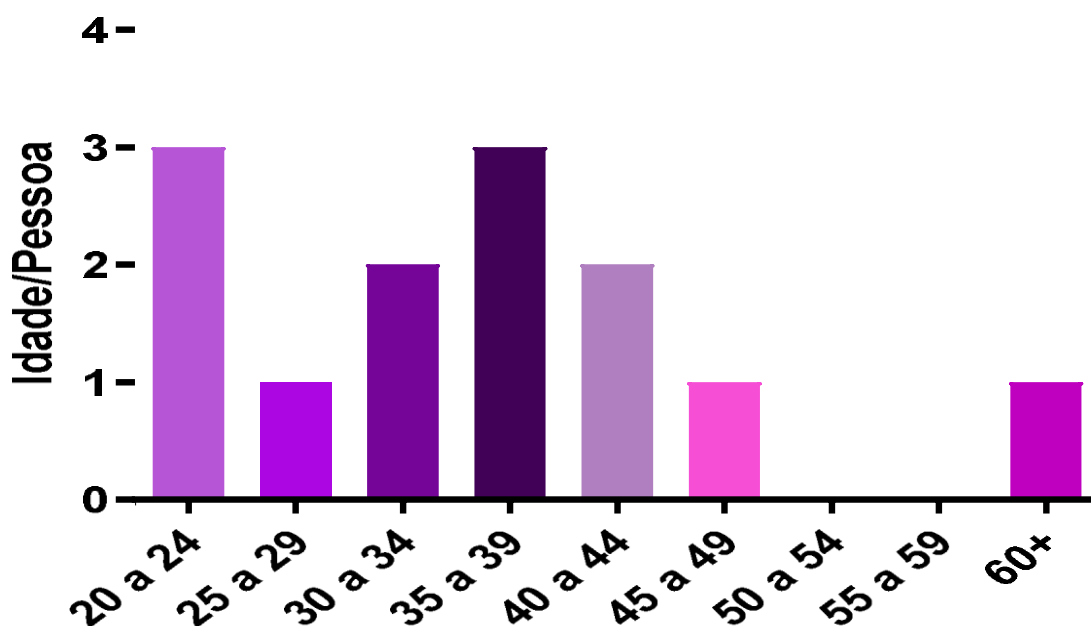
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perfil dos entrevistados

Em relação aos participantes, 12 são do sexo feminino, 1 do sexo masculino e se identificam como pessoas cisgênero, que corresponde, ao fato de como a pessoa se vê, sua construção social, não tendo como declarantes na pesquisa, homens trans, mulheres trans, travestis e não binários, que são aqueles que não se identificam com gênero nenhum. Todas (os) residentes na área que corresponde a Comunidade Chalé, de acordo com os mapas já demonstrados nos textos acima.

Sendo assim, 92,3% das participantes são do sexo feminino, com idade entre 20 a 60 anos, com grande prevalência entre 20 e 39 anos, o que identifica uma prevalência de adultos jovens e economicamente ativos, sendo a maioria dessas mulheres em idade fértil.

O gráfico 1 abaixo corresponde a faixa etária da população estudada.



FONTE: Gráfico elaborado pelo autor (2023)

Considerando que a maioria das entrevistadas são mulheres, é importante destacarmos apontamentos dos autores Scagliusi *et al.* (2023), eles afirmam que é notória a situação de vulnerabilidade das mulheres, os autores destacam que depois da associação de acontecimentos ocorridos no país nos últimos anos, tais como, a volta do ao

Mapa da Fome, a descontinuidade das políticas públicas que abrangiam questões sociais e a pandemia do COVID-19, vulnerabilizaram ainda mais, os mais pobres, as zonas periféricas dos grandes centros, a comunidade quilombola, ribeirinhas, a população indígena e as mulheres. Entre estes grupos, a fome tornou-se mais evidente nos domicílios liderados por mulheres, mostrando como elas estão mais vulneráveis à situação de insegurança alimentar e nutricional. Vale ressaltar que, os respectivos autores, trazem a seguinte terminologia para esta questão: "feminização da pobreza", evidenciando as questões envolvendo gênero e pobreza, deixando explícito o quanto as mulheres estão a mercê de sistemas opressores, capitalistas e patriarcais.

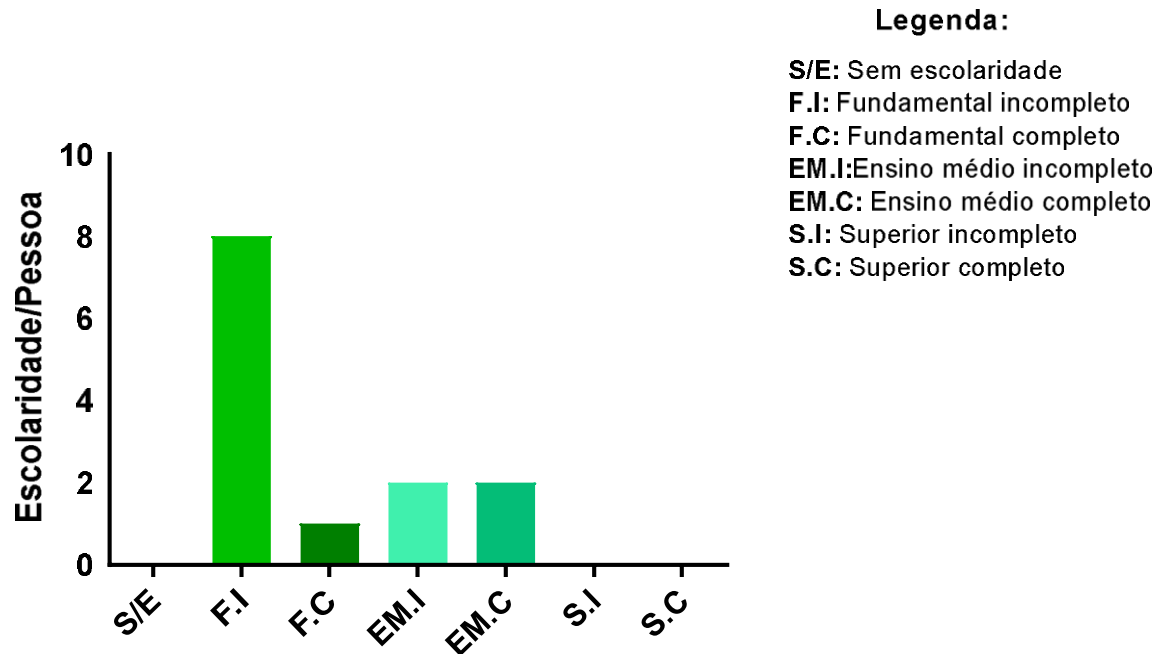
Também se destaca na obra de Silva *et al.* (2022), a conclusão de que lares liderados por mulheres pretas demonstram maior susceptibilidade a situações de insegurança alimentar, leve, moderada e grave, comparado a domicílios dirigidos por homens brancos e mesmo que as condições sociais e econômicas destas mulheres sejam apropriadas, o racismo e o sexismo ainda se torna vigente.

É importante mencionar o estudo realizado pela Rede PENSSAN, intitulado "II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil", este ressalta, a fundamental importância das questões relacionadas a gênero, raça/cor, escolaridade e local de moradia, como informações complementares, que permitem uma maior compreensão eficaz de uma sociedade com altos níveis de desigualdade social (Penssan, 2022).

Portanto é de grande valia a compreensão do contexto social, da população estudada, para melhor visualização do cenário pesquisado, no intuito de auxiliar no entendimento da proposta feita pela pesquisa, em que, as questões sociais impactam significativamente na questão da situação alimentar e na vida destas pessoas.

Outra particularidade desta população é o item que se refere a escolaridade, sendo que, 8 entre as 13 entrevistadas, possuem o ensino fundamental incompleto, não foi encontrado nenhuma integrante do estudo nas condições de analfabeta, apenas 1 terminou o ensino fundamental, 2 das entrevistadas não terminaram o ensino médio e 2 delas concluíram o ensino médio. Porém, nenhuma das entrevistas e entrevistado, têm em seus currículos, ensino superior, o que nos remete a baixa escolaridades das pessoas que se encontram no campo.

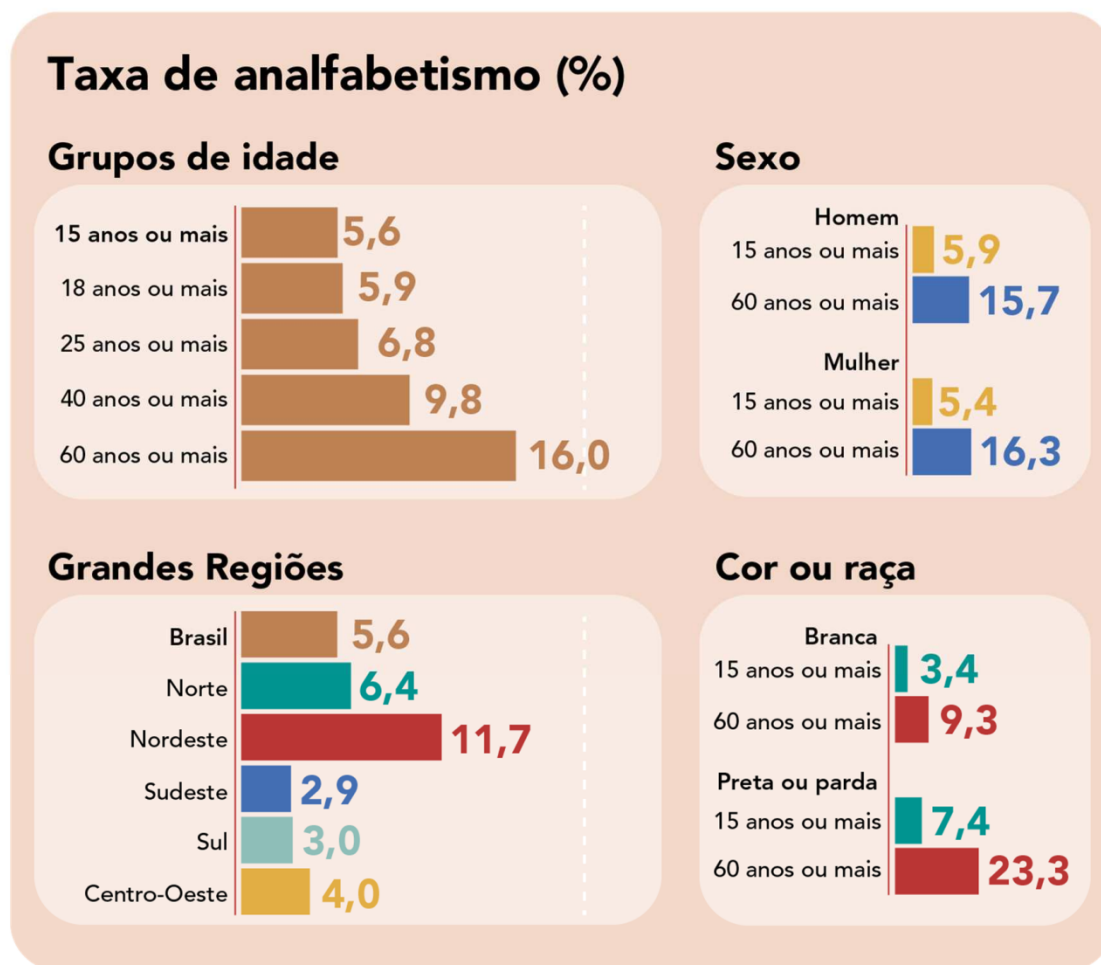
Item mencionado e representado pelo gráfico 2, nos traz maior clareza em relação a este dado encontrado no estudo:



FONTE: Gráfico elaborado pelo autor (2023)

Em comparação apresentamos estudos sobre o nível de instrução dos brasileiros, IBGE (2022) apresenta os seguintes dados, 53,2 % dos brasileiros com 25 anos ou mais de idade concluíram a educação básica obrigatória; ou seja, possuíam, no mínimo, o ensino médio completo em 2022. Já em relação ao nível superior completo de pessoas da mesma faixa etária, apenas 19,2% possuem graduação, no mesmo ano de referência, 6,0% não tinham instrução nenhuma, 28,0% desta população não terminaram o ensino fundamental, sendo assim incompleto, 7,8% têm o ensino fundamental completo, já 5,0% destes têm o ensino médio incompleto. O analfabetismo teve uma certa redução em seus números, porém, ainda continua predominante, nas pessoas mais velhas, pretos, pardos e na região nordeste do país.

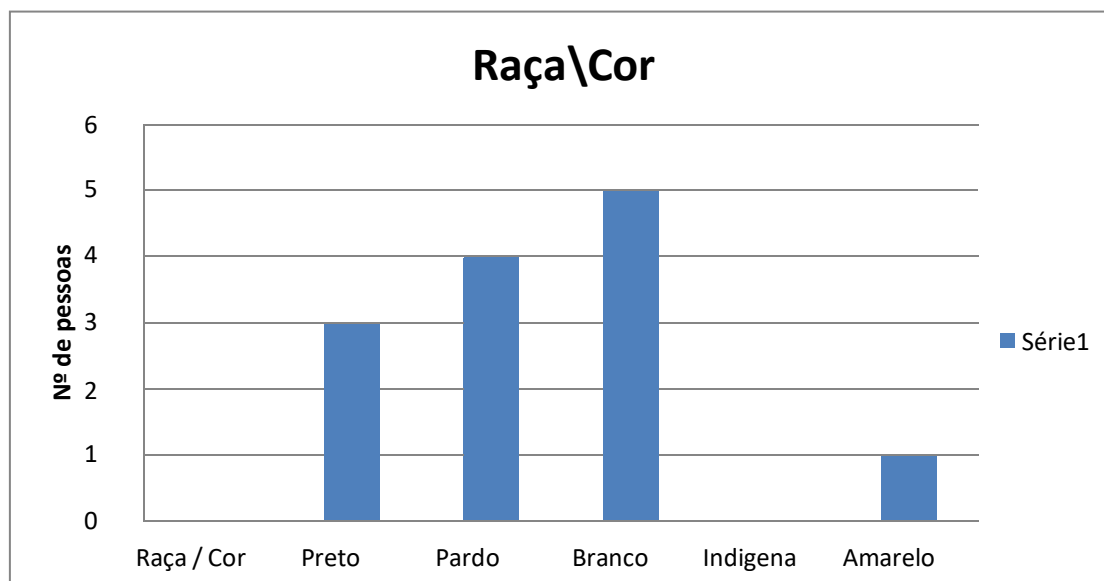
Figura 1 - Taxa de analfabetismo no Brasil, segundo IBGE.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

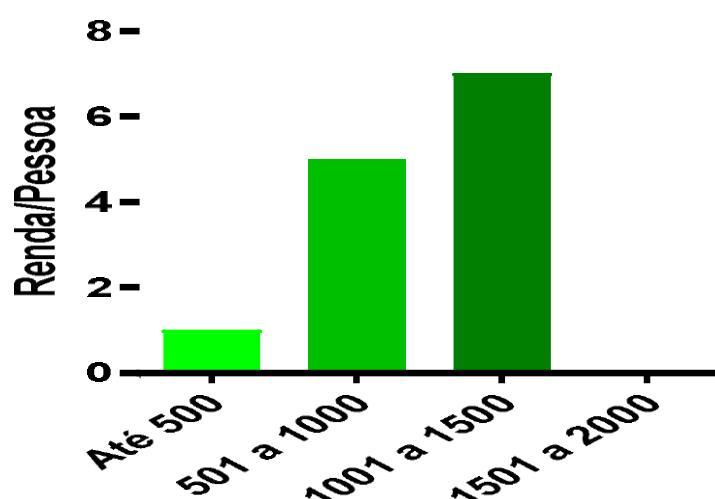
Em contrapartida, em relação a população estudada, no que se refere a escolaridade, o quadro se diferencia em relação a realidade nacional. Das entrevistas, 61,5% apresentam ensino fundamental incompleto, 7,6% têm ensino fundamental completo, 15,3% possuem ensino médio completo e incompleto, não havendo entre as entrevistadas e entrevistado analfabetismo e nem pessoas com curso superior completo ou incompleto.

No que se refere a cor e raça da população, podemos dizer que a cor e a raça branca é preponderante, sendo 38% das entrevistadas(os), pardos em segundo lugar com 31%, Pretos 23% e amarelos 8% no total. Como mostra o gráfico 3, em seguida:



FONTE: Gráfico elaborado pelo autor (2023)

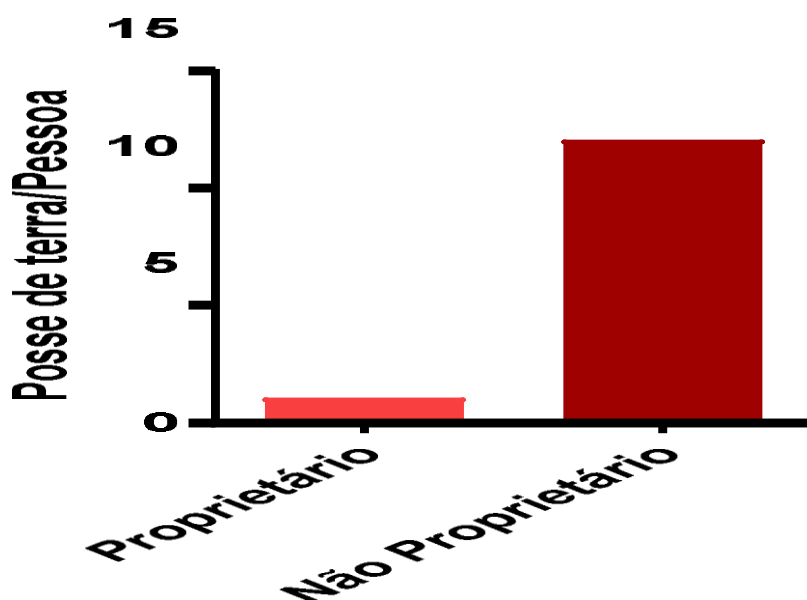
Em relação ao fator renda, 7 das 13 entrevistadas(os), declaram renda entre 1.001 a 1.500 reais mensais, 5 delas disseram, que sua renda era entre 501 a 1.000 reais, e 1 das entrevistadas(os), recebe até 500 reais ao mês, e nenhuma delas(es) recebem 1.501 a 2.000reais mensais. O gráfico 4, abaixo caracteriza o fator renda desta população:



FONTE: Gráfico elaborado pelo autor (2023)

Ao item que se refere à posse da terra os dados demonstram que, apenas 1, o homem entrevistado é proprietário da terra, sexo masculino, branco, com baixa escolaridade, a propriedade foi adquirida por via de sucessão, após o falecimento de seus pais, sendo que as

outras 12 envolvidas no estudo não possuem terra, sendo caracterizados como, colonos, funcionários, empregados da propriedade onde habitam no momento da pesquisa. Demonstrado pelo gráfico 5, na sequência:



FONTE: Gráfico elaborado pelo autor (2023)

Portanto, é relevante resgatar as considerações de Canuto e Gosrsdorf (2007), quando destacam que a ideia da terra como um direito humano, com base em reflexões de outros direitos e princípios garantidos em tratados internacionais ou em Constituições Nacionais, sendo como o direito à vida e à dignidade da pessoa humana, ao território, à alimentação e à moradia, tendo como necessidade de reconhecer um direito humano à terra baseado na posse da terra. Trazendo assim a questão da posse da terra como aliada as condições de segurança alimentar e um direito a vida e a dignidade humana.

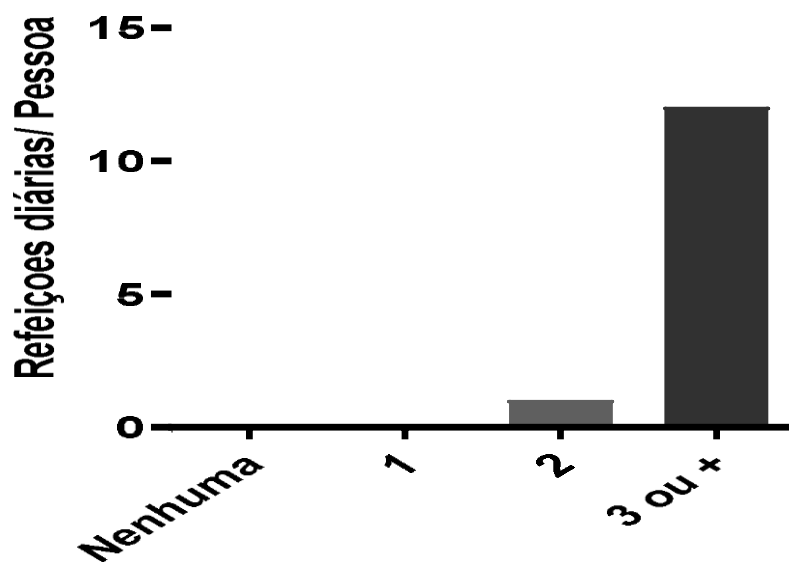
Estudos revelam que as questões socioeconômicas influenciam de forma direta e impactante na situação alimentar, o fator, renda, sexo, cor/ raça, moradia e escolaridade, atuam de forma significativa no agravamento da situação alimentar da população, a condicionando a situação de insegurança alimentar. Maas *et al.* (2020), aponta para três grupos etários: crianças menores de cinco anos, mulheres em idade fértil e idosos, estes públicos apresentam maior prevalência de insegurança alimentar aumentada.

As questões acima apontadas contribuem para reflexões do estudo aqui elaborado, pois, ao discutir situações sociais, econômicas e outras, contribuem para a percepção de como os envolvidos na pesquisa são afetados por fatores diversas, o que logo iremos apresentar nos resultados abaixo.

Análise da situação alimentar

Se faz devido adentrarmos agora nas questões objetivas, assim apresentamos os resultados encontrados neste estudo que teve como objetivo principal radiografar e analisar a questão alimentar da população rural desta comunidade dando ênfase em suas questões sociais.

Ao ser perguntado aos participantes do estudo, em relação a quantidade de refeições diárias realizadas pela família o gráfico 6, apresenta o seguinte resultado:



FONTE: Gráfico elaborado pelo autor (2023)

O gráfico acima nos informa uma realidade encontrada no lar de famílias entrevistadas, sendo um total de 13 famílias. No quesito quantidade de refeições diárias, 12 delas fazem de 3 ou mais refeições ao dia. O que é indicado pelo Guia Alimentar do Ministério da Saúde, o mínimo de 3 refeições diárias, sendo elas, café da manhã, almoço e jantar, recomenda-se também dois lanches saudáveis entre as refeições no dia.

Porém, uma das famílias entrevistadas, realiza apenas 2 refeições no dia, tendo apenas o almoço e o jantar como base alimentar, fato este que nos chama atenção. Podemos considerar que esta é uma situação que se pode destacar como um alerta para insegurança alimentar. Esta família é composta por um membro menor de idade e outro portador de doença crônica não transmissível, a diabetes, uma doença metabólica caracterizada pelo aumento dos níveis de glicose no sangue. Tendo em consideração

doença, é importante destacar que parte do tratamento, é de fato a dieta alimentar, sendo esta uma grande aliada. Para pessoas em geral e em especial pessoas com diabetes é recomendado uma alimentação saudável e intervalos entre uma refeição e outra de 3 horas, regularizando assim, os níveis de glicemia na corrente sanguínea.

A retomada da discussão sobre a segurança alimentar no se faz urgente e necessária, uma vez que o número de pessoas vivendo em situação de miséria teve salto de quase 50% nos últimos dois anos (Ferreira, 2022).

O grau de vulnerabilidade social representada por múltiplas variáveis, tais como o bem-estar das famílias, renda, moradia, e acesso a serviços de saúde, escolas e transporte público de qualidade, entre outros. O pressuposto de se melhorar IDH de uma nação é o grau de comprometimento do Estado na implementação de políticas públicas que garantam o acesso de todos esses direitos fundamentais (Costa *et al.*, 2018).

As instabilidades sociais e econômicas provocadas pela crise política e financeira dos últimos anos se agravaram com a Pandemia do Covid-19, agravando ainda mais as desigualdades alimentares de grande parcela da sociedade brasileira, principalmente no que se refere ao acesso regular à alimentação em quantidade e qualidade suficientes (Galindo *et al.*, 2021).

Tendo em conta todas estas informações, devemos ressaltar, que, as doenças crônicas não transmissíveis tem um número significativo no quadro da principal causa de morte entre adultos no país, este número expressivo se dá ao aumento de peso e obesidade em todas as faixas etárias (Brasil, 2014, p.5).

Quando destacamos o tema fome, em relação as 13 famílias entrevistadas, 9 delas nunca passaram fome; 3 delas às vezes ou alguma vez na vida passaram necessidades em relação a algum alimento; 1 delas demonstra que a fome e a dificuldade em adquirir algum alimento quase sempre esteve presente em seu domicílio.

A fome nos últimos anos atingiu milhares de brasileiros principalmente as populações mais vulneráveis, entre elas mulheres, pretos e pardos com baixa escolaridade, fatores estes que levam milhares de famílias a situação de insegurança alimentar.

As políticas afirmativas, como o Fome Zero, vale gás, e projetos como Minas Sem Fome, distanciavam estas pessoas do Mapa da Fome, com o seu desmonte a situação se agravou. Logo, segundo o inquérito da fome, esta é uma das mais cruéis reproduções das injustiças sociais e que atingi de forma categórica, instâncias historicamente marginalizadas na sociedade (Rede Penssan, 2021).

Para compor este estudo e contribuir com resultados para nossas reflexões, apresentamos o resultado da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que é utilizada para avaliar a condição alimentar dos domicílios. Sua classificação se dá através dos níveis, leve, moderada, grave e situação de segurança alimentar. O quadro abaixo ilustra as seguintes informações escolhidas por este estudo: dos 13 domicílios avaliados, 4 estão em situação de insegurança alimentar leve, o que representa 30,7%, 2 destes domicílios estão em situação moderada referindo-se a 15,3%, por fim, 7 deles em situação de segurança alimentar correspondendo a 53,8%. Nenhum dos 13 domicílios foram classificados como grave, portanto, correspondendo a 0%.

No entanto, este resultado não é fixo, a situação de insegurança alimentar pode sofrer alterações, isto significa, por exemplo, que um domicílio ao ser classificado como leve, pode vir a se tornar moderado, ou grave, o tempo neste caso é um fator crucial para esta avaliação. Pois, a EBIA, considera uma temporalidade de 3 meses, período este antecipado, tendo como referência 3 meses antes da data da entrevista, para sua aplicação, podendo-se encontrar uma situação hoje, e daqui há 3 meses ser modificada conforme a situação encontrada no momento.

A tabela 1 amplia a visualização a respeito das questões sociais já mencionadas acima identificadas em campo na população da Comunidade Chalé, atrelada a prevalência da situação de insegurança alimentar leve e moderada classificada pelo estudo através da EBIA:

Tabela 1: Distribuição de uma amostra de famílias de acordo com variáveis socioeconômicas, Comunidade Rural Chalé, Cruzília, Minas Gerais, 2023. (N:13).

Característica	N	%	Prevalência de IA (casos Leve e Moderado)
Raça\Cor			
Branca	5	38,46	15,38
Preta	3	23,07	23,07
Parda	4	30,76	0,0
Amarela	1	7,69	7,69
Indígena	0	0,0	0,0
Idade			
15 a 19	0	0,0	0,0

20 a 24	3	23,07	7,69
25 a 29	1	7,69	7,69
30 a 34	2	15,38	7,69
35 a 39	3	23,07	7,69
40 a 44	2	15,38	15,38
45 a 49	1	7,69	0,0
50 a 54	0	0,0	0,0
55 a 59	0	0,0	0,0
60 anos ou mais	1	7,69	0,0
Sexo			
Masc	1	7,69	0,0
Femin	12	92,30	46,15
Escolaridade			
Fundamental Inc	8	61,53	23,07
Fundamental Comp	1	7,69	0,0
Médio Inc	2	15,38	7,69
Médio completo	2	15,38	15,38
Superior inco	0	0,0	0,0
Superior comp	0	0,0	0,0
Renda			
Até 500	1	7,69	0,0
501 a 1000	5	38,46	7,69
1001 a 1500	7	53,84	38,46
1501 a 2000	0	0,0	0,0
Posse da Terra			
Proprietário	1	7,69	0,0
Não proprietário	12	92,30	46,15
Domicílio com < 18 anos	12	92,30	46,15
Domicílio com > 18 anos	1	7,69	0,0
Beneficiário ou Beneficiária do	13	100	46,15
Bolsa Família			

FONTE: Elaborado pelo autor (2023)

Para refletir os dados encontrados nesta pesquisa, citaremos os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD nos anos de 2009 e 2013, e assim faremos uma comparação entre os dados encontrados neste estudo.

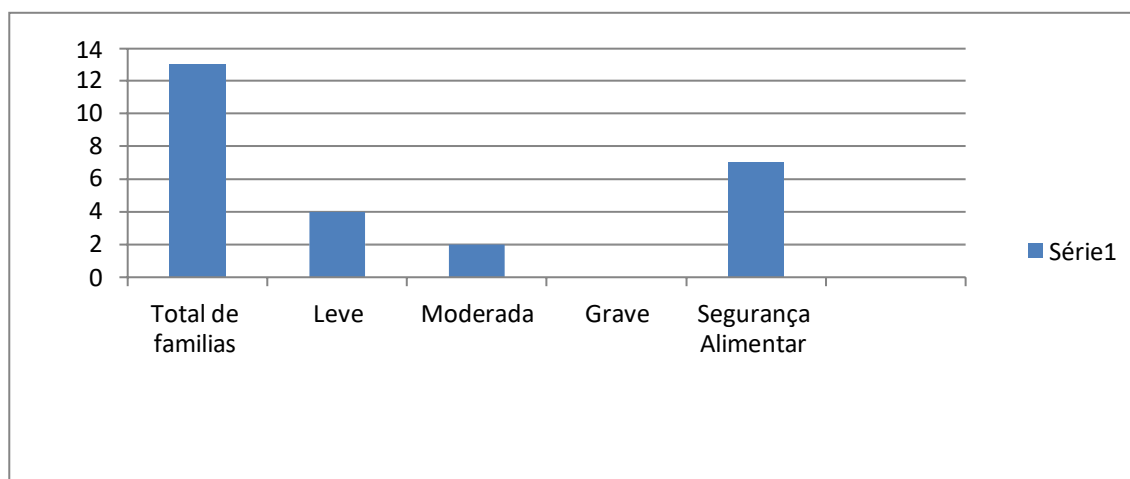
Os autores Trevillato *et al.* (2019), concluem que, os resultados gerais mostram alta prevalência de IA no meio rural em relação à população analisada naquela pesquisa. Assim como alta prevalência de IA grave, assim eles concluem que o meio rural se apresenta em vulnerabilidade, principalmente quanto à questão alimentar e nutricional e aos determinantes socioeconômicos atrelados.

Mediante aos dados encontrados em campo na presente pesquisa, a população estudada na comunidade Chale, não se identificou casos de Insegurança Alimentar grave entre os participantes e a maior parte deles foram classificados como em Situação de Segurança Alimentar, entretanto, há algumas peculiaridades em relação a questão alimentar e nutricional tais como, a cor da pele preta, a renda entre um salário mínimo, a baixa escolaridade e o gênero, equiparam com os relatos e conclusões dos autores acima citados, quando realizam a pesquisa nacional. Tal como Silva *et al.* (2022) diz viver com baixa renda, a raça, a cor preta ou parda e ser do sexo feminino são fatores relacionados com a maior prevalência de insegurança alimentar.

Considerando a EBIA, o MDS (2014) esclarece, que a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar é um instrumento quantitativo, que mensura um fenômeno de natureza social, logo, se faz necessário a contribuição de estudos qualitativos, no intuito de compreender melhor as questões relacionadas a Segurança Alimentar e Nutricional.

Em contraponto, Maas *et al.* (2020) trazem o tempo exigido para aplicação da escala como fator fundamental para minimizar a lacuna referente ao viés recordatório, que pode ser uma limitação encontrada, ao se aplicar e analisar a EBIA. Portanto, neste estudo, o tempo foi reconhecido como fator limitante, dado que, pela escala não se conseguiria identificar a situação destas famílias no período da pandemia, tendo como medida complementar a esta investigação, a elaboração de um questionário para que esta limitação fosse sanada.

Fica assim, como contribuição deste estudo, a sugestão de se adaptar ou criar um novo instrumento que contemple com mais veracidade o tempo pandêmico, pois, a pandemia, deixou sequelas imensuráveis na população e ainda teremos muito o que aprender com ela. O gráfico 7, resulta na classificação apontada pela EBIA, sendo assim um resultado com grande magnitude para a pesquisa, que tem o intuito de identificar e analisar a situação alimentar da população rural da Comunidade Chale.



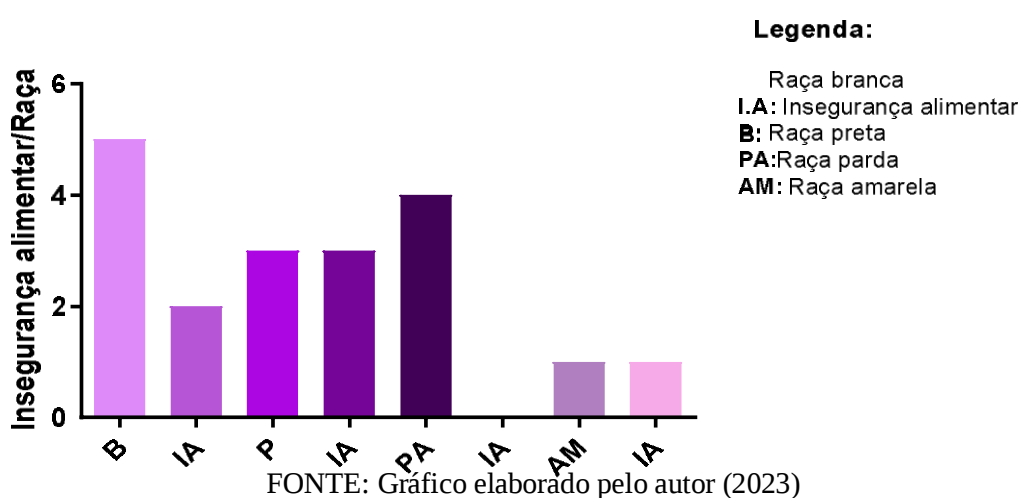
FONTE: Gráfico elaborado pelo autor (2023)

Ao analisarmos o quadro acima, podemos observar que a Segurança Alimentar dos beneficiários e beneficiárias do bolsa família da Comunidade Rural do Chalé é considerável. Identificamos que a grande maioria dos domicílios entrevistados, se encontram em situação de segurança alimentar, cerca de 53,8%. E não houve nesta pesquisa a classificação de insegurança alimentar grave, embora este fenômeno não acontecera até o momento da entrevista, isto não quer dizer que não poderá suceder ou variar por alguma ocasião após a este estudo, uma vez que, as condições sociais são variáveis.

Apesar da situação encontrada no atual momento ser de segurança alimentar, isso não nos leva a desconsiderar a possibilidade de uma situação mais agravante em relação a condição alimentar da população. Já que, as famílias classificadas como moderadas, que correspondem a 15,3%, aponta para estado de alerta. Devido a instabilidade que existe nas condicionantes gerais quando se trata de segurança alimentar. Este estado de alerta pode ser minimizado por políticas públicas, tais como os programas de transferência de renda, que tem o intuito de auxiliar na questão alimentar, porém, em muitas realidades de famílias brasileiras, eles são ainda insuficientes.

Outro fato importante, sobre as duas famílias identificadas como moderadas, são que as entrevistadas declararam-se, no item raça/cor, como pretas. No aspecto referente à escolaridade, uma possui ensino fundamental incompleto e a outra, ensino médio completo. Em relação a renda, as duas famílias ganham entre R\$1.001,00 a R\$1.500,00 reais e com moradores menores de 18 anos no domicílio.

Em relação a este fato, podemos destacar os apontamentos da Rede Penssan (2022), quando apontam que os domicílios chefiados por pessoas negras têm maior incidência de Insegurança Alimentar grave. Segundo a pesquisa realizada houve um aumento desta situação em residências chefiadas por pessoas brancas, de 3,3% para 6,6%, contanto, entre pretos e pardos, de 8,7% o aumento foi para 10,2%. O estudo ainda conclui, que a desigualdades de raça\cor são permanentes, no entanto, as situações mais graves estão presentes nas populações de rendimento mediano (Rede Penssan, 2022, p.79). O gráfico 8 apresenta a situação de insegurança alimentar mediante a raça dapopulação estudada:



Como salienta Southier e Triches (2020, p.882), em seu estudo sobre o "Programa Bolsa Família: impacto na alimentação", as autoras concluem que, o programa de transferência de renda, assiste a população vulnerável, o auxiliando em relação ao acesso aos alimentos, ainda que, seja insuficiente para garantia ao Direito Humano à Alimentação Adequada e a Segurança Alimentar Nutricional.

Mesmo não sendo o bastante, segundo dados do IPEA, embora alguns outros programas de transferências previdenciárias e assistenciais também o faça, o PBF consegue ser ainda melhor. Com um custo de 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto), o Bolsa Família conseguiu em seus 18 anos de história reduzir a pobreza e a pobreza extrema, diminuir a mortalidade infantil, aumentar a participação escolar feminina, reduzir a desigualdade regional do país e melhorar indicadores de insegurança alimentar entre os mais pobres (IPEA, 2019).

Sabe-se, de acordo com o estudo de Maas *et al.* (2020), que 35,3% das residências rurais no Brasil no ano de 2013, estava em situação de Insegurança Alimentar.

Sendo de maior número as regiões do Norte (41,4) % e Nordeste (50,1) %. Os autores salientam ainda, que nos lugares, onde o PNAD não chega, como áreas rurais de cidades de pequeno e médio porte, em que existe um desconhecimento sobre a pobreza, este número pode ser ainda maior do que as áreas referidas (Maas *et al.*, 2020, p.2606).

Vale ressaltar, que nos últimos anos foi evidenciado desigualdades em relação ao acesso aos alimentos. Investigações desenvolvidas no país, relacionadas a insegurança alimentar, evidenciaram, diferenças tanto no contexto, demográfico e econômico, como também, em aspectos como: viver com baixa renda, a cor da pele, ser preto ou pardo, e do sexo feminino, está diretamente relacionada a situação de insegurança alimentar (Silva *et al.*, 2022, p.2).

Qualidade da alimentação

Se faz também necessário discutir a qualidade alimentar da população estudada. O quadro abaixo ilustra os tipos de alimentos mais usados pelas famílias pesquisadas nas seguintes refeições do dia, café da manhã, almoço e jantar. Foram classificados como alimentos processados, minimamente processados, ultraprocessados e *in natura* e logo após foram categorizados conforme suas propriedades nutritivas, em carboidratos simples, complexos, frutose, proteína, gorduras, minerais e vitaminas.

Quadro 1 - Classificação e categorização dos alimentos mais utilizados pelas famílias, no café da manhã, almoço e jantar.

Alimentos	Classificação	Categoria
Pão	Processados	Carboidratos simples
Café	Minimamente processados	Cafeína
Bolo	Ultraprocessados	Carboidratos simples
Bolacha	Ultraprocessados	Carboidratos simples
Rosquinha	Ultraprocessados	Carboidratos simples
Bolinho	Ultraprocessados	Carboidratos simples
Biscoito	Ultraprocessados	Carboidratos simples
Rosca	Ultraprocessados	Carboidratos simples
Fruta	In natura	Frutose
Iorgute	Ultraprocessados	Proteína

Arroz	Minimamente processados	Carboidrato simples
Feijão	Minimamente processados	Carboidratos complexos
Macarrão	Ultraprocessados	Carboidrato simples
Verdura	In natura	Carboidratos complexos
Carne branca	Minimamente processados	Proteína
Carne vermelha	Minimamente processados	Proteína
Legumes	In natura	Carboidratos complexos
Manteiga	Processados	Gordura saturada
Mandioca	In natura	Carboidratos complexo
Angu	Ultraprocessados	Carboidratos complexos
Café com leite	Minimamente processados	Cafeína, proteína
Suco	In natura	Frutose, vitaminas, Minerais
Batata	In natura	Carboidratos complexos

FONTE: Quadro elaborado pelo autor (2023)

A tabela 2 classifica os alimentos mais citados pelos entrevistados nas seguintes refeições do dia, café da manhã e café da tarde, a categorizando segundo suas propriedades nutricionais e a relação de quantas famílias usam estes alimentos nas refeições já mencionadas acima.

Tabela 2 - Alimentos utilizados pelas famílias no café da manhã e da tarde

Alimentos	Nº Famílias
Pão (processados e carboidrato simples)	10
Bolo (ultraprocessados e carboidrato simples)	10
Café (minimamente processado e cafeína)	10
Leite (minimamente processado, carboidrato simples e proteína)	4
Café com leite (minimamente processado, carboidrato e proteína)	4
Frutas (frutose)	3

FONTE: Tabela elaborada pelo autor (2023)

Ao analisar os dados referidos na tabela 2, identifica-se uma alta incidência no uso de alimentos processados, ultraprocessados, juntamente, com uma frequência maior na ingestão de carboidratos simples, nas refeições do café da manhã e da tarde, com pouca ingestão de alimentos ricos em proteína nestas refeições.

Deste modo, identificamos que 76,9% das famílias utilizam alimentos classificados

como processados e carboidratos simples, 30,7% ingerem proteína nas refeições referidas pela tabela e 23,07% ingerem frutas. Destes que ingerem frutas, observa-se um detalhe importantes, a presença de crianças na composição familiar, já aqueles domicílios que não há em sua composição familiar crianças, não aparece a utilização de frutas nas refeições diárias.

Com respaldo nos estudos prévios conduzidos pela (OMS, 2002; 2004), a baixa ingestão de frutas, legumes e verduras, levaram ao aumento da morbimortalidade no Brasil, sendo aquele um fator de risco considerável, em relação as doenças crônicas não transmissíveis, que representa 47% das causas de morte no mundo.

Este fato, nos leva a pensar com maior ressalva a situação encontrada no estudo, que identifica em suas análises uma alimentação deficitária em relação a recomendadas pelos manuais vigentes no Sistema Único de Saúde. Este trabalho não teve a intenção de se aprofundar neste fenômeno, contudo, não se pode deixar de citar as sequelas de uma alimentação inadequada para a vida das pessoas. Fica com isto, uma pretensão para próximos estudos.

Neste sentido, as mudanças acontecidas na vida dos brasileiros, tais como a diminuição da atividade física, a falta de tempo para o lazer, a mudança nos hábitos alimentares, tem como consequência o aumento no número das doenças crônicas não transmissíveis (Brasil, 2006).

Destacando o município de abregência do estudo, dados fornecidos pela Estratégia da Saúde da Família no Campo, através da base de dados eSUS, demonstram que em toda a extensão da Zona Rural do município tem cadastrados, referentes as doenças crônicas não transmissíveis, 653 hipertensos e 206 diabéticos. Enquanto que na microárea 06 em que faz parte a Comunidade Chalé, 65 pessoas são portadoras de hipertensão arterial e 27 pessoas de diabetes. Todas estas doenças tem como principal medida preventiva hábitos de vida saudáveis, tendo como aliada na diminuição de riscos e agravos uma alimentação saudável e práticas de atividade física.

Neste sentido, segundo os dados coletados por esta pesquisa, é evidente um alto consumo de alimentos processados e ricos em carboidratos. Um risco, já que, de acordo com os 10 passos preconizados pelo Manual para uma Alimentação Saudável, os alimentos citados nos quadros e tabelas acima contribuem para mau funcionamento da saúde.

Portanto, é necessário pensarmos na alimentação para além do viés da fome ou da insegurança alimentar, mas também sobre a vertente de um outro fenômeno, a fome oculta. Que de acordo com Rodrigues (2010, p.49) define-se como a deficiência de um

ou mais micronutrientes, que acomete vários agravos a saúde humana, de ordens, física, cognitiva e mental, tornando-se um sério problema para a saúde pública, especificamente num país como o nosso em desenvolvimento. Salientando ainda, que o corpo humano para está nutrido, necessita mais do que alimentos proteícos, ricos em gorduras e carboidratos, mas sim ricos em vitaminas e micronutrientes.

Uma situação que acomete milhares de brasileiros, os deixando em condições de subnutrição. Entende-se assim a situação alimentar como um fenômeno complexo, que abrange várias questões, tanto social como cultural, aliada também a todo um contexto histórico de um Brasil colônia, de uma dimensão continental.

Nesta mesma perspectiva, Junqueira e Peetz (2001, p. 08), revelam em seu artigo que, a população brasileira aumentou o consumo de alimentos, porém, em pior qualidade, havendo um empobrecimento de sua dieta alimentar, apontando a necessidade do consumo de frutas, legumes e verduras. Portanto, é relevante a discussão da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Mundial sobre a "fome oculta" que a define como a falta de alguns micronutrientes, tais como ferro, vitamina A, antioxidantes, betacaroteno e o iodo. Apesar deste estudo não ser um dos mais recentes ele traz informações relevantes e semelhantes os dados encontrados na pesquisa, nos fazendo refletir se houve mudanças deste período até o momento atual, tanto no contexto cultural, como também socioeconômico e até mesmo referente a efetividade de políticas públicas voltadas para a questão alimentar.

A tabela 3, fornece uma visão dos dados coletados, mostrando a dieta alimentar, também classificada e categorizada segundo os alimentos mais citados e apontados no questionário aplicado, referente ao almoço e jantar destas famílias.

Tabela 3 - Alimentos utilizados pelas famílias no almoço e jantar

Total de famílias que consomem tais alimentos	Nº Famílias
Arroz (minimamente processado e carboidrato simples)	13
Feijão (minimamente processados e carboidrato complexo)	13
Carne (minimamente processado e proteína)	10
Verduras (in natura e carboidrato complexo)	10
Macarrão (ultraprocessado e carboidrato simples)	4
Angu (ultraprocessados e carboidrato complexo)	4

FONTE: Tabela elaborada pelo autor (2023)

Como se pode observar nos dados da tabela acima, referente as refeições do almoço e jantar, nota-se alta ingestão de alimentos minimamente processados, variando

entre carboidratos simples, complexo e proteína, no entanto, há pouca ingestão de alimentos in natura e também uma variação na utilização de carboidratos complexos, que são mais indicados nas dietas conforme o manual de alimentação.

Diante de tal fato, os autores Dutra *et al.* (2007, p.15), dizem que ao se pensar em alimentação deve-se ter em mente não apenas a quantidade, mas sim a qualidade destes alimentos e que para se ter uma alimentação saudável, ela deve ser variada, englobando vários grupos de alimentos, tais como frutas, carnes, hortaliças, laticínios entre outros, deve ser pensar também no equilíbrio entre estas variedades de alimentos, se este é suficiente, acessível, item este que se baseia em alimentos *in natura*, na variedade de cores, o quanto mais colorido a refeição mais nutrientes está presente nela, como também na segurança destes alimentos, no que diz respeito a sua contaminação.

Neste sentido, o Ministério da Saúde (2015, p. 442), retrata a influência da globalização, das demandas do mundo moderno, nos hábitos alimentares das pessoas e como este fenômeno causa impacto na cultura alimentar, na formação desses hábitos nas ações habituais do comer, que trazem à ideia de pertencimento, de reconhecimento de mundo, de inserção e de identidade social.

Assim se faz jus aos dados obtidos e analisados pela investigação proposta, que os hábitos alimentares dos beneficiários e beneficiárias do Programa Bolsa Família da comunidade rural Chalé se equiparam a uma alimentação semelhante as dos grandes centros urbanos, rica em alimentos calóricos, pobres em nutrientes, podendo ser comprovada e avaliada pelo alto consumo de carboidratos simples e alimentos processados.

Para Trivellato *et al.* (2019, p. 872), a situação do cenário de Insegurança Alimentar no meio rural tem-se revelado com maior prevalência em relação ao perímetro urbano, fato este, podendo ser causado pelos entraves relacionadas as políticas públicas e saneamento envolvendo o meio rural, aliada vulnerabilidade socioambiental ocasionada pelo processo de modernização do campo. E o baixo consumo de nutrientes e proteínas presente na dieta das famílias rurais, as deixam em risco e vulnerabilidades à dimensão nutricional da insegurança, podendo levar a fome oculta.

No dado coletado que se refere a Pandemia do COVID 19 e os hábitos alimentares, 92% dos entrevistados discordam totalmente que a pandemia mudou seus hábitos relacionados a alimentação, contra 8% dos pesquisados que concordaram totalmente que ocorreu mudança em seus hábitos. Fato este que contrapõem, o que foi demonstrado pela pesquisa "O II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia

da Covid-19 no Brasil" realizada no ano de 2022. Nesta pesquisa os dados e análises sobre o cenário pandêmico alerta para o aumento da situação da fome e de insegurança alimentar no país, detalhando as vulnerabilidades causadas por este vírus, tal como, o aumento da pobreza, a inflação sobre os alimentos, o negacionismo dos governantes deste período, as questões climáticas relacionadas à produção agrícola. Este fenômeno encontrado na pesquisa surpreende por não acompanhar o que vem ocorrendo no resto do país, o que talvez não seja a realidade das outras áreas rurais do município estudado, se torna um evento adverso ao que demonstra outros estudos realizados no Brasil.

Outro estudo recente, segundo Felix *et al.* (2023), ressaltam a complexidade sobre o tema Segurança Alimentar e Nutricional e expõe a sua multifatorialidade, destacando as várias dimensões que se trata este assunto, entre elas sejam de disponibilidade destes alimentos, acesso, consumo, das condições de vida, de saúde, do direito garantido pela constituição, tanto no que diz a garantia deste, quanto a regularidade destes alimentos, e no que se refere a vulnerabilidade e a sustentabilidade, destacando também, quanto aos retrocessos que a pandemia trouxe para a situação alimentar.

Ir ao campo e observar a vida cotidiana de seus moradores, foi uma parte empolgante e rica da pesquisa, percorrer as estradas rurais e deslumbrar suas naturezas, foi o marco principal deste estudo e relembrar o início de tudo, dos questionamentos, das reflexões, dos pensamentos, ver tudo aquilo que nasceu da prática e assistir hoje a possibilidade de revisitar estas famílias teve sabor de nostalgia.

No trajeto percorrido até a comunidade rural, pôde ser observado áreas de grande extensão agrícola, campos cobertos por soja e milho, cobrindo a maior parte da vegetação. Máquinas da mais alta tecnologia foram encontradas no caminho, cobrindo toda a estrada, situação que remete a pensarmos sobre o episódio histórico em que o país passou há algumas décadas atrás, como a Revolução Verde, da mecanização do campo, substituindo trabalhadores rurais, mão de obra humana, por máquinas de alta tecnologia, ajudando a contribuir para o êxodo rural e a exploração de mão de obra barata no campo. E nos dias de hoje pelos dados apurados pela investigação se nota a baixa remuneração destes trabalhadores rurais e um campo vazio ocupado pela industrialização do agro e repleto de questões sociais invisibilizadas.

Neste contexto podemos lançar mão das reflexões de Vandana Shiva (2003), quando retrata a dizimação das florestas e propagação das monoculturas impostas pelo poder de dominação e controle do capitalismo, que dita para o mundo o que e onde plantar,

disseminando mais desigualdades sociais sem pensar na fome. A autora descreve ainda como as monoculturas são pobres em termos de vida e biodiversidade, não supõem necessidades locais, extermina a natureza, a biodiversidade e a própria vida. Neste mesmo sentido o escritor e ativista brasileiro do combate à fome, Josué de Castro (1984), assevera que a agricultura baseada na monocultura acarretou deficiência alimentar através da fome produzida pelo latifúndio.

Outro ponto significativo do estudo, é sobre as propriedades visitadas, seis delas são do mesmo proprietário e nelas são produzidos, milho, trigo, soja, aveia, gado de corte e azeitonas em larga escala.

Josué de Castro (1984), aponta a fome como um produto avassalador da economia, da exploração das riquezas naturais no violento período da colonização, da cultura do latifúndio junto ao industrialismo (Castro, 1967, p. 49). Fato evidente na pesquisa, quando nos deparamos com um grande proprietário de terra, patrão da maioria das entrevistadas e entrevistado.

Neste sentido, do ponto de vista econômico, Negri (2008), observa que com o desenvolvimento do agro potencializado pela força das indústrias, sobretudo da produção agrícola, o crescimento das cidades, das indústrias, transformou a agricultura em duas vertentes: uma agricultura baseada na exportação e outra voltada para atender o mercado interno de alimentos, cuja base produtiva depende em larga medida da agricultura familiar e das cooperativas de pequenos e médios produtores rurais.

Ao contrário, a posse da terra considerada sob um olhar puramente especulativo, gera crises alimentares infundáveis, sobretudo nos países subdesenvolvidos, já que, são explorados para suprir a demanda do mercado internacional em detrimento do local (Cunha, 2015).

O retrato da fome está intimamente associado à profunda desigualdade socioeconômica do país, onde 1% da população mais rica ganha 35 vezes a renda dos mais pobres. O Brasil, segundo maior exportador de grãos do planeta, alimenta 800 milhões de pessoas mundo a fora, enquanto 37 milhões de brasileiros não têm como alimentar seus filhos. De acordo com o Relatório Anual das Nações Unidas, o Brasil detém a segunda maior concentração de renda do mundo (ONU, 2021).

De fato, o capitalismo especulativo incentiva a produção em escala global embasada na monocultura, a qual monopoliza os sistemas alimentares locais, restringindo a autonomia dos países periféricos (Sabadini, 2013).

Trata-se de um neocolonialismo disfarçado de promessas vazias de prosperidade para todos, isto é, uma nova forma de manter a dominação das nações centrais sobre as periféricas. Distanciando-se, assim, cada vez mais, das políticas públicas que incentivam e

garantem o direito à terra como um direito à vida (Lauer; Anyidoho, 2012).

Portanto, resgatamos Seixas e Xavier (2020), ao salientarem que o solo passa a ser um regime promissor para o mercado externo, em contrapartida passa a ser um regime de fome para a população, privilegiando uma classe denominada de "donos do poder", que dominam e monopolizam as riquezas do país inclusive os bens de consumo como o alimento.

Relembrar o passado nos ajuda ou nos auxilia a analisar o presente, desenvolver estudos que denunciem as desigualdades e assim, ter esperança num futuro melhor e neste caso um futuro que assegure à população, através da implementação de políticas públicas intersectoriais que distancie o fenómeno da fome a populações mais vulneráveis.

Na aplicação do questionário utilizado como método ou ferramenta complementar a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), vale pontuar algumas observações importantes no decorrer do uso deste método, ao se falar em alimentação e ao que se remete a fome. Na aplicação do questionário, pude perceber nas/no entrevistadas/entrevistado, um certo incômodo ou até mesmo a desconfiança ao responder algumas perguntas. Alguns demonstraram receio quando pedi para observar a dispensa ou o armário onde guardavam os alimentos, explicando que seria para categorizar os alimentos utilizados, percebi, de imediato o mal estar e se recusaram a deixar ver. Portanto, nas próximas famílias não mais pedi para observar o local em que a família armazenava seus mantimentos. Mas sim, solicitei que me permitissem observar seus terreiros, seus quintais e suas hortas, assim pude ver o lixo produzido por estas famílias, que na maioria das vezes são queimados, de acordo com os relatos.

No questionário proposto não foi avaliado o item álcool, no entanto, das 13 famílias visitadas, 5 delas apresentavam em seus quintais e principalmente no lixo, latas e garrafas de bebidas alcoólicas, mais especificamente garrafa de vinho e latas de cerveja, sendo que as 2 famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar moderada, foi observado os resíduos sólidos de vestígios da utilização de álcool em sua dieta alimentar, chamando atenção para um detalhe tão importante e relevante para novos estudos, que abranjam o uso do álcool e a situação de segurança alimentar, pois através de pesquisa bibliográfica, não obtive estudos que abordassem este tema para compará-los ao dado da pesquisa.

Observou-se também que das 13 famílias, 8 delas têm hortas, o que representa 61,5%, da população estudada, que a utiliza como fonte complementar da dieta alimentar.

Uma das entrevistadas, representante da família classificada como F5, diz: " Morar na roça e não ter uma horta, pode largar mão". O autor Rodrigues *et al.* (2017), ressalta que as hortas domésticas favorecem o acesso a alimentos em qualidade e quantidade que subsidia a segurança alimentar e dão um suporte nutricional a população em geral. Além de melhorar a condição de saúde das pessoas, diminuindo os agravos à saúde e promovendo um sentimento de prazer ao cultivá-las.

O que pode ser uma alternativa favorável e positiva para a comunidade, estimulando uma alimentação saudável, a economia solidária e a prevenção da situação de insegurança alimentar. Podemos salientar segundo Schneider *et al.* (2020), que o sistema alimentar que construímos e temos conhecimento atualmente é falho e vulnerável. Também afirmar que o sistema alimentar baseado na monocultura se torna ineficiente e insustentável, demonstrando fragilidade especialmente pelo fato de fazer chegar comida no prato daqueles que podem pagar por ela.

No relato de algumas entrevistadas trazem a necessidade de ter apoio no cultivo, conforme pode se analisar na fala da responsável da família denominada como F3, " O patrão não liga de deixar plantar arroz ou feijão ele até deixa, o problema é arar a terra". O que fica evidente no relato, o vazio do Estado na garantia a alimentação, e a falta de incentivo a prática da agricultura familiar. Com as falhas do Estado e falta de garantia de acesso, vidas entram em estado de vulnerabilidade.

Outro fato encontrado é a criação de animais domésticos pelas famílias como, cães, gatos, galinhas, porcos e gado leiteiro, e alguns dos animais citados como exemplo, as galinhas, os porcos e o gado são também fontes alimentares. De acordo com Almeida (2004), o ato de plantar, lidar com a terra, falar com as plantas e cuidar dos animais tem uma relação muito próxima com a manutenção da saúde. Casos de melhoria da hipertensão arterial, e no que diz respeito a socialização e relatos em relação a menor necessidade na procura dos centros de saúde são relatados pelos indivíduos.

A Deputada Federal Erika Hilton, traz em uma entrevista que a " Fome é um Projeto de Poder", os políticos que dominam este país, são poderosos, no entanto, esse poder não está sendo usado para erradicar a fome. A Deputada afirma que não existe segredo para enfrentar a fome num país que produz tanto alimento como o Brasil, o que falta é boa vontade política, e não matando a fome, os sistemas de poder garantem o controle das pessoas e da sociedade. Como a deputada demonstra em sua fala, a fome também é um projeto político que dá certo, garantir os votos em troca de uma cesta básica

é uma estratégia usada pelo sistema político há anos, e isto garante a hegemonia de muitos parlamentares que usam a fome para dominar a população.

Não justifica um país tão diverso e tão extenso em seu território como o Brasil, ser assombrado pela fome, certa vez fui questionado por uma médica cubana sobre o projeto "Fome Zero", já que, ao comparar o nosso país a Cuba, ela não conseguia compreender como um país de tanta extensão agrícola, rico em diversidade, com grandes extensões de terra, precisaria de um programa para erradicar a fome.

Atônito, tive que lhe responder dizendo, ainda que nosso país seja tão grande e tão extenso, a desigualdade social é proporcional ao seu tamanho, nossas riquezas se acumulam nas mãos de uma minoria elitista, branca, colinal e patriarcal. Portanto, a ideia é de que não saímos do período colonial, os indígenas foram massacrados por uma cultura eurocêntrica, e os negros foram desumanizados, suas almas lhe eram arrancadas. A mesma população que comia feijoada no passado come ossos no presente e são assombrados pela fome no futuro. Enquanto não nos distanciarmos das desigualdades, ficaremos sempre mais próximos do passado cruel que já vivemos.

Assim os autores Seixas e Xavier (2020), asseveram que a história do Brasil é vermelha, não pelo assombro do comunismo, mas sim pela mais cruel e violenta forma de morte que dissimou a população indígena e negra, o classificando como um país "necrocentrado" em sua organização social, dominando suas terras, seu cultivo, e sua história.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões alimentares aliada a situação de segurança alimentar, descreve a realidade de muitos em nosso país, marcada por um processo histórico recheado de violações, embasada pela catastrófica materialização da necropolítica e vivenciada hoje pela força do neoliberalismo em um país subdesenvolvido. Em que a cor da pele, ser do sexo feminino, ter frequentado por poucos anos a escola, reflete de forma considerável na situação alimentar, entre outros fatores encontrados e pontuados nesta pesquisa, como a posse da terra, são peculiaridades de uma comunidade que no atual momento não se encontram resultados graves envolvendo a segurança alimentar. No entanto, reforça que devemos nos manter em alerta e firmar políticas públicas que assegurem uma alimentação saudável em qualidade e quantidade suficiente no prato dos brasileiros. Os principais achados por esta pesquisa envolvem o perfil social e econômico da população estudada, sendo que 92,30% das participantes são do sexo feminino, destas 38,46% são brancas e 23,07% são mulheres pretas. No que se refere a situação de insegurança alimentar a maior prevalência de insegurança alimentar moderada se encontra em lares de mulheres pretas.

Nas situações classificadas entre leve e moderada a idade dos entrevistadas permeia entre 40 a 44 anos, com ensino fundamental incompleto, renda entre R\$1.001 a

R\$1.500 reais. Apenas um dos entrevistadas detêm a posse da terra. E dos domicílios que apresentam em seu núcleo familiar menores de 18 anos, 46,15% estão em situação alimentar entre leve e moderada. Ao que se refere a dieta alimentar dos participantes, se faz jus aos dados obtidos e analisados pela investigação proposta, que os hábitos alimentares dos beneficiários e beneficiárias do Programa Bolsa Família da comunidade rural Chalé se equiparam a uma alimentação semelhante às dos grandes centros urbanos, o grande teor de alimentos calóricos, pobres em nutrientes, podendo ser comprovada e avaliada pelo alto consumo de carboidratos simples e alimentos processados. E 61,5% dos pesquisados utilizam as hortas como complementação da dieta alimentar. Outro fato relevante coletado que se refere a Pandemia do COVID 19 e os hábitos alimentares, 92% dos entrevistados discordam totalmente que a pandemia mudou seus hábitos relacionados à alimentação. O que traz uma ideia que contrapõe o movimento enfrentado pela contaminação pandêmica do vírus em várias populações que sofrem com mudanças bruscas de seus hábitos de vida, inclusive no que se refere à alimentação.

No intuito de analisar a situação alimentar, este estudo contribui para estimular a participação social, no processo político, educacional de promoção à saúde, que

possibilitará a quem tiver acesso a ele refletir sobre a questão da fome e os sistemas alimentares como questões de preservação e sustentabilidade da vida. É relevante levar em consideração o tempo, pois este se faz necessário na comparação entre rural e urbano, logo que ele se fez insuficiente em uma pesquisa desta dimensão. Outro item considerável é a adequação da EBIA especificamente para o meio rural, sendo que esta contempla algumas peculiaridades do território. Deixando assim a idealização de novos estudos sobre o tema abordado. Fica evidenciado quão é de suma importância discursar sobre o tema da fome, para que nosso futuro seja melhor que o passado, na esperança de que o racismo, o machismo, o neoliberalismo e todo o sistema não nos mate pela boca e nem pela alma e que ser humano nenhum seja dominado pela Fome.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. **Agricultura urbana e segurança alimentar: cultivando uma cidade sustentável**. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia., 1, pp. 25-28, 2004. Disponível em www.universiabrasil.net/social/materia_voluntariado.jsp?id=3814. Acesso em: mar. 2023.

ARAÚJO, Melissa Luciana, *et al.* **Dimensões da escala brasileira de insegurança alimentar na atenção primária à saúde**. Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva, Demetra, 2021.

BATISTA E SILVA, Débora Pena (org.), *et al.* **O novo coronavírus e seus desafios para o sistema único de saúde**. 2020.

BISPO JÚNIOR, J.P.; SANTOS, D.B. **Covid19 como sindemia: modelo teórico e fundamentos para a abordagem abrangente em saúde**. Cad. Saúde Pública, v. 37 (10):e0011902, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/LVBpYxSZ7XbdXKm74TPPmzR/>. Acesso em: maio 2023.

BRASIL. **Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2006.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Alimentos Regionais Brasileiros. 2.ed. Brasília, 2015. Ministério da Saúde. **Guia alimentar da população brasileira: promovendo a alimentação saudável**. Brasília, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de atenção básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília : ministério da saúde, 2014.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional**. Estudo Técnico. Brasília: MDS; 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família Transferência De Renda e Apoio à Família no Acesso à Saúde, à Educação e à Assistência Social**. Brasília - DF, 2015. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Carilhas/Carilha_PBF_215.pdf. Acesso em fev. 2023.

BRASIL. Secretaria de comunicação social. **Transferência de renda**. MDS, 2023. Disponível em <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/06/bolsa-familia-de-junho-tem-maior-valor-medio-da-historia-r-705-40> Acesso em jun. 2023.

BRASIL. Ministério da saúde. Estado de Minas Gerais. Município de Cruzília. Unidade de Saúde. Unidade Básica. Usf. Saúde no Campo. **Relatório do cadastro individual**. Brasília, 2023.

BURITY, Valéria *et al.* **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional.** Brasília: Abrandh, 2010.

BURLANDY, L. Segurança alimentar e nutricional: intersectorialidade e as ações de nutrição. **Saúde em Revista**, v. 6, n. 13, p. 9-15, 2004.

CABRAL, C. S. *et al.* Segurança alimentar, renda e Programa Bolsa Família: estudo de corte em municípios do interior da Paraíba, Brasil, 2005-2011. **Cad. de Saúde Pública**, v. 30, 2014 30 (2), fev. 2014.

CANUTO, A.; GORSdorf, L. **Direito humano à terra: a construção de um marcode resistência às violações.** In: RECH, D. (coord.) **Direitos humanos no Brasil 2: diagnósticos e perspectivas.** Rio de Janeiro: Ceris; Mahuad, 2007.

CARDOSO NETO, N. Princípio fundamental constitucional de saúde como garantia de qualidade de vida identificado na constituição federal brasileira de 1988. **Simpósio Internacional de Direito: Dimensões materiais e eficácia dos direitos fundamentais**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 611–628, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/simposiointernacionaldedireito/article/view/2450> Acesso em: 22 jul. 2023.

CARVALHO, R. E. DE S. *et al.* **Validade do instrumento para triagem de domicílios em risco de insegurança alimentar em diversos estratos da população brasileira.** **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 7, p. e00239521, 2022.

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome.** 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome e o dilema brasileiro: pão ou aço.** Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CATSOSSA, L. A. Globalização do capitalismo extrativista, recursos naturais e o neocolonialismo na África: desafios e perspectivas para Moçambique. **Revista Entre-Lugar**, v. 12, n. 23, p. 310-355, 2021.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). 2004. Disponível em: **Princípios e Diretrizes de Segurança Alimentar IPEA.pdf**. Acesso em: abr. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **Lei de Segurança Alimentar e Nutricional.** Conceitos. 2006. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/documentos/pagina/lei_11346-06.pdf Acesso: fev. 2023.

CORRÊA, A. M. S. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 60, p. 143–154, maio 2007.

COSTA, M. A. *et al.* **Vulnerabilidade social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras.** Texto para discussão, 2018.

COTTA R. M.; MACHADO, J. C. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. **Revista Panam Salud Publica**. 2013;33(1):54–60, 2013.

CUNHA, G. O. **A questão agrária e os rumos da reforma agrária no Brasil**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

DUTRA *et al.* **Alimentação Saudável e Sustentável**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

FELIX, R. N. *et al.* **Cartilha Campo sem Fome**. 1.ed. Brasília- DF: Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares- OBHA, 2023.

FERREIRA, Mariana Helena. **A fome em dois tempos: uma análise da cobertura da Folha de São Paulo sobre o Mapa da Fome em 2014 e 2020**. 2022. 90 f. Monografia (Graduação em Jornalismo) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2022. Disponível em: <http://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/5042> Acesso em fev. 2023.

GALINDO, E. *et al.* Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. **Food for Justice Working Paper Series**, n. 4. F.U. Berlin, 2021. Disponível em: https://refubium.fu-berlin.de/bitstream/handle/fub188/29813.2/WP_%234_2.edition.pdf?sequence=14&isAllowed=y. Acesso em: fev. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GURGEL, A. M. *et al.* Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. Ciênc. Saúde Coletiva, v. 25(12), dez. 2020.

HORTENCIO, M. **10 anos como beneficiários do Programa Bolsa Família: quais efeitos e em quais contextos? O Cotidiano do Beneficiário na Zona Sul de São Paulo**. Fundação Getúlio Vargas Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC), 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=294414> Acesso em: jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Atlas do Espaço Rural Brasileiro, 2017**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/11_00_Texto.pdf. Acesso em 24 maio 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa**

Nacional de Saúde, 2019. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/10/pesquisa-do-ibge-mostra-aumento-da-obesidade-entre-adultos>. Acesso em: maio 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2017/18) mostra desigualdades e transformações no orçamento das famílias brasileiras.** Rio de Janeiro: IBGE;2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2020.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/cruzilia/panorama> Acesso em: jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua (PNAD) de 2022.** Rio de Janeiro,2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102002_informativo.pdf. Acesso em jan. 2023

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA- (IPEA). **Os efeitos do programa bolsa família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos.** Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9356/1/td_2499.pdf. Acesso em: fev.2023.

INSTITUTO ESTRADA REAL. **Curiosidades Cruzília - MG.** Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://institutoestradareal.com.br/cidades/cruzilia-mg/> Acesso em: fev. 2023.

JUNQUEIRA, Antônio Hélio; PEETZ, Marcia da Silva. **Fome Oculta. Um novo quadro se sobrepõe à subnutrição: os brasileiros estão comendo mais, mas se alimentando piores**, [s. l.], 2001.

KEPPLE A.W e SEGAL-CORRÊA A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16(1): p. 187-199, 2011.

LAUER, H e ANYIDOHO, K. **Recuperar as ciências humanas e humanas através de perspectivas africanas**. Coletivo de Livros Africanos, 2012.

LIMA, J. R. **Contradições na produção do espaço rural brasileiro: modernização do campo, espacialização da pobreza e resistência.** Geonordeste, ano XXIII, n.1, 2015.

LEÃO, M. (ed.). **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional.** Brasília: ABRANDH, 2013. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf . Acesso: em fev. 2023.

MAAS, N. M. *et al.* Insegurança alimentar em famílias de área rural do extremo sul do país. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25(7):2605-2614, 2020

MADEIRA, L. M. Pesquisa participante - uma alternativa na enfermagem. **Rev.Bras. Enf.** Brasília, 37 (3/4): 188-194, jul./dez. 1984.

NEGRI, S. M. **O processo de segregação sócio-espacial no contexto do desenvolvimento**

econômico da cidade de Rondonópolis - MT. 2008. 180 f. Tese(doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/104468>. Acesso em: fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório Anual, 2021.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/177803-relat%C3%B3rio-anual-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas-no-brasil-2021>. Acesso em: maio 2023.

PINHEIRO, A.S. *et al.* Insegurança alimentar em tempos de Pandemia de Covid-19 no Brasil: Revisão de Literatura. **Investigação, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 11,n. 9, pág. e28411931809, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i9.31809.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZÍLIA. **Dados Gerais.** Cruzília, 2023. Disponível em: <https://JAKUMMERa.mg.gov.br/> . Acesso: fev. 2023.

PROENÇA, Wander de Lara. O Método da Observação Participante: Contribuições e aplicabilidade para pesquisas no campo religioso brasileiro. **Revista aulas**, v. 4, p.1-24, 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano, 2020.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/105555-pnud-faz-lan%C3%A7amento-nacional-do-relat%C3%B3rio-de-desenvolvimento-humano-2020>. Acesso em mai. 2023.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (PENSSAN). **Inquérito nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid -19 no Brasil, 2021.** Disponível em : [file:///C:/Users/Cliente/Downloads/VIGISAN_Inseguranca_alimentar%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Cliente/Downloads/VIGISAN_Inseguranca_alimentar%20(1).pdf). Acesso em: jul. 2022.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (PENSSAN). **Inquérito nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid -19 no Brasil, 2022.** Disponível em : [file:///C:/Users/Cliente/Downloads/VIGISAN_Inseguranca_alimentar%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Cliente/Downloads/VIGISAN_Inseguranca_alimentar%20(1).pdf). Acesso em: fev. 2023.

RODRIGUES, C. *et al.* **Hortas domiciliares no povoado são francisco do brigida.** Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central - FACHUSC, SERRITA-PE. 2017. Disponível em: http://editorarealize.com.br/editora/anais/conidis/2017/TRABALHO_EV074_MD1_SA3_ID645_01102017162919.pdf. Acesso em: 28 fev. 2023

RODRIGUES, Claudia dos Santos Cople. **A Fome Oculta: Resenha.** CERES;2010; 5(1); 49-51.

SABADINI, M.S. Especulação financeira e capitalismo contemporâneo: uma proposição teórica a partir de Marx. **Economia e Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 583–608,dez. 2013.

SEIXAS, Brenda; XAVIER, Jair. **A Fome “Oculta” do Capital: A Precarização do Trabalho e do Alimento Mercadoria Face à Necropolítica.** São Cristovão, SE: Universidade Federal do Sergipe, 2020.

SCAGLIUSI, Fernanda Baeza et al. Ler a fome a partir da perspectiva interseccional: um desafio científico. **JORNAL DA USP**, [S. l.], p. 01-01, 13 mar. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/lendo-a-fome-a-partir-da-perspectiva-interseccional-um-desafio-cientifico-para-o-inct/> . Acesso em: 7 nov. 2023.

SCHAPPO, S. Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da covid-19. **Ser Social**, v. 23, n. 48, p. 28–52, 2021. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/32423. Acesso em: 8 fev. 2023.

SCHNEIDER, S. *et al.* Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 100, set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/kQdC7V3FxM8WXzvmY5rR3SP/?lang=pt>. Acesso em: maio 2023.

SHIVA, V. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e dabiotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, S. *et al.* A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. Rio de Janeiro. **Cad. Saúde Pública**, nº. 7, ed. 38, julho 2022. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1804/a-cor-e-o-sexo-da-fome-analise-da-inseguranca-alimentar-sob-o-olhar-da-interseccionalidade>. Acesso em: fev. 2023

SILVA, S. O. *et al.* A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar no desafio de desvendar iniquidades em grupos interseccionais: debate e agenda de pesquisa. **Cad. Saúde Pública**, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ScZzz7dgWZGW4NpcMrKHbBw/?lang=pt>. Acesso em: maio 2023.

SOUZA, J. A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo. In: Bartelt, Dawid Danilo (org.) **A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político**. Dawid Danilo Bartelt (org.). – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 184 p., 2013.

SOUSA, M. S. **A regulação do sistema agroalimentar brasileiro pela agricultura familiar: a desburocratização do comércio de alimentos, a gestão democrática dos recursos agrícolas e a implementação de órgão com poder normativo para a efetivação da alimentação adequada**. 2022.

SOUTHIER, N.; TRICHES, R. M.. Programa Bolsa Família: impacto na alimentação e papel da aquisição não monetária no meio urbano e rural. **Interações (Campo Grande)**, v. 21, n. 4, p. 871–884, jul. 2020.

TRIVELLATO, P. T. *et al.* Insegurança alimentar e nutricional em famílias do meio rural brasileiro: revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 3, p. 865–874, mar. 2019.

APÊNDICE A - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)

1 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?
2 - Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
3 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
4 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?
5 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
6 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?
7 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?
8 - Nos últimos três meses, Algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?
9 - Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?
10 - Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?
11 - Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?
12 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?
13 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
14 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?

Fonte: MDS (2010)

APÊNDICE B - Questionário Hábitos Alimentares



O presente questionário tem por objetivo identificar e analisar a situação alimentar dos beneficiários e beneficiárias do Programa Bolsa Família na comunidade rural do Chalé em Cruzília, no estado de Minas Gerais. Para elaboração de um trabalho de conclusão de curso Universidade Federal de Lavras, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, área de concentração em Desenvolvimento Sustentável e Extensão. Sob orientação do professor Drº Rafael Eduardo Chiodi. Com os resultados obtidos, espera-se desenvolver estratégias ou ações que contribuam ao acesso aos alimentos, distanciando a população da situação da fome. Por isto encarecidamente, pedimos para que as respostas sejam sinceras e verdadeiras. Solicitamos seu nome, apenas para questão de organização, será mantido o sigilo em suas respostas.

Nome:

idade:

Sexo: ☐ M ☐ F

Escolaridade: ☐ sem escolaridade ☐ Fundamental incompleto ☐

Fundamental completo ☐ Médio incompleto ☐ médio completo ☐

superior completo ☐ superior incompleto

Raça/Cor: ☐ preto ☐ pardo ☐ branco ☐ indígena (

) amarelo Gênero:

Renda: ☐ até 500 reais ☐ de 501 a 1.000 reais ☐ de 1001 a 1500 reais ☐

de 1501 a 2000 reais

É proprietário da terra: ☐ sim ☐ não

Perguntas:

1. Quantas refeições você ou sua família faz diariamente?

☐ nenhuma ☐ 1 refeição ☐ 2 refeições ☐ 3 refeições ou mais por dia

2. O que você e sua família costumam comer na primeira refeição do dia?

3. O que você e sua família costumam comer na segunda refeição do dia?

4. O que você e sua família costumam comer na terceira refeição do dia?

5. Em relação a fome você ou alguém da sua família já sofreu com a falta ou dificuldades em adquirir alimentos?

☐ nunca ☐ as vezes ☐ quase sempre ☐ sempre

6. Considerando a pandemia você ou sua família percebe alguma mudança em sua alimentação ou em seus hábitos alimentares?

☐ discordo totalmente ☐ discordo parcialmente ☐ nem concordo, nem discordo ☐ concordo parcialmente ☐ concordo totalmente.

FONTE: Elaborado Pelo Autor (2023)